Instituto DEMOCRACIA EM XEQUE
institutodx.org

NUPMOS
Núcleo de Pesquisas em Psicologia Política e Movimentos Sociais

Apoio:
HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO

Monitor Jovem DX:

A DISPUTA PELO LEGISLATIVO NAS REDES SOCIAIS

#6 | Jovens mulheres no legislativo: candidatas e eleitas



#4 | ESPECIAL | JOVENS MULHERES NO LEGISLATIVO

Apresentação

O **Monitor Jovem DX** é uma iniciativa dedicada ao monitoramento das campanhas digitais de candidaturas jovens aos cargos de deputado federal, deputado estadual e deputado distrital nas eleições de 2026. Desenvolvido pelo **Instituto Democracia em Xeque (DX)** em parceria com o **Núcleo de Pesquisas em Psicologia Política e Movimentos Sociais (NUPMOS – PUCSP)** e apoio da **Fundação Heinrich Böll Brasil**, o projeto articula as pesquisas do NUPMOS sobre juventude e participação política às metodologias de monitoramento digital e análise de redes do DX para produzir evidências sobre representação política, comunicação digital e democracia.

O projeto parte do reconhecimento de que a participação política da juventude é frequentemente associada à renovação democrática. No entanto, pessoas jovens seguem estruturalmente sub-representadas tanto entre as candidaturas quanto nas instituições legislativas brasileiras. Ao mesmo tempo, as campanhas eleitorais são cada vez mais estruturadas em torno das plataformas digitais, que concentram estratégias de comunicação, mobilização e disputa por visibilidade, podendo também favorecer a circulação de discursos de ódio e desinformação.

Nesse contexto, o **Monitor Jovem DX** acompanha a comunicação digital das candidaturas jovens ao Legislativo ao longo do processo eleitoral, buscando compreender o perfil dessas candidaturas, quais temas e vocabulários mobilizam nas redes, como esses temas variam entre diferentes grupos políticos e quais conteúdos e atores alcançam maior engajamento. O monitoramento também busca identificar conteúdos que representam ameaças à integridade democrática. Dessa forma, o projeto busca contribuir para uma compreensão mais ampla da representação política da juventude e de seus impactos sobre a democracia brasileira.

Ao longo das eleições de 2026, serão produzidos um relatório inicial, que combina um panorama histórico das candidaturas jovens com uma análise do cenário de 2026, boletins quinzenais e um relatório final consolidado, reunindo análises quantitativas e qualitativas complementadas por gráficos, tabelas e infográficos. Os produtos têm como objetivo subsidiar o debate público e ampliar o acesso a informações qualificadas sobre a corrida eleitoral jovem em 2026.

Quem foram as candidaturas jovens?

No **Monitor Jovem DX**, o recorte de juventude considera o limite de 29 anos estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013). Para 2014, 2018 e 2022, foram incluídas as candidaturas que teriam entre 21 e 29 anos na data da posse. Em 2026, diante da nova regra de elegibilidade, que torna variável a data de aferição da idade mínima para os cargos legislativos, adotou-se como critério o teto de 29 anos na data da posse, sem estabelecer previamente uma idade mínima para os registros analisados. Nas análises por nível do cargo, as candidaturas a deputado estadual e deputado distrital

são reunidas na categoria “Estadual”, enquanto as candidaturas a deputado federal compõem a categoria “Federal”.

Para simplificar a apresentação dos dados, ao longo do relatório utilizamos o termo “candidaturas jovens” para nos referirmos às candidaturas apresentadas por pessoas que se enquadram nesse recorte. Os dados de 2026 correspondem à base do TSE extraída em 3 de setembro, às 14h, constituindo um retrato dos registros disponíveis naquela data. Atualizações posteriores da base, próprias do período eleitoral, não estão incorporadas às análises apresentadas neste relatório.

1. DESTAQUES

Nesta edição especial, **o Monitor Jovem DX analisa quem são as jovens mulheres que disputaram e conquistaram vagas no Legislativo em 2026,** em comparação com os homens jovens e com eleições anteriores. **Também examinamos 20.739 publicações de 251 candidatas nas redes sociais, que acumularam cerca de 35 milhões de interações entre 16 de agosto e 4 de outubro.** Os resultados conectam os perfis das candidatas e eleitas, desigualdades de gênero e raça, financiamento, trajetórias políticas e estratégias de comunicação digital.

Menos candidatas, maior participação feminina entre os jovens eleitos — mas uma distância persistente dos homens

O número de candidaturas jovens femininas aptas caiu de 650 em 2014 para 334 em 2026, uma redução de 48,6%. Na comparação com 2014, porém, a participação das mulheres entre os jovens eleitos passou de 9,4% para 30,5%. Apesar desse avanço, elas continuam sub-representadas: foram 40,2% das candidaturas jovens aptas em 2026. Sua taxa de sucesso eleitoral foi de 5,4%, ante 8,2% entre os homens.

Mulheres negras são maioria na disputa, mas um terço entre as eleitas

Pretas e pardas representaram 51,8% das candidatas jovens aptas, mas 33,3% das eleitas. A desigualdade também aparece nas condições de campanha: nas disputas estaduais e distritais, 32,1% das candidatas negras ficaram sem recursos públicos, contra 17,3% das brancas.

Mais recursos que os homens jovens, muito menos que as mulheres mais velhas

De acordo com as declarações parciais de 7 de outubro, as jovens candidatas tiveram medianas de financiamento público superiores às dos homens da mesma idade. Na disputa federal, porém, receberam cerca de R$14 mil na mediana, contra R$100 mil entre as mulheres com 30 anos ou mais. Além disso, as 10% mais financiadas concentraram 65,7% dos recursos públicos destinados às jovens candidatas à Câmara.

A renovação geracional também envolve mandatos anteriores e redes familiares

Das 18 jovens eleitas, 11 já exerciam mandato e sete chegam ao primeiro cargo eletivo. Em pelo menos dez trajetórias foram identificados vínculos familiares com lideranças políticas. A entrada de uma nova geração convive, assim, com recursos e redes construídos anteriormente.

As direitas predominam entre as eleitas, mas a presença feminina é maior na esquerda

Direita e extrema-direita reúnem dois terços das jovens mulheres eleitas e 80,5% dos homens jovens eleitos. Dentro de cada campo, as mulheres representam 42,9% dos jovens eleitos pela esquerda, contra 25,9% pela direita e 27,8% pela extrema-direita.

A presença digital marca as campanhas das eleitas, com diferentes formas de repercussão

As dez jovens eleitas mais votadas fizeram campanhas digitais, principalmente no Instagram. Construímos uma tabela para comparar suas publicações, interações e votos, mostrando que a visibilidade nas redes parece contribuir para o sucesso eleitoral, mas sem uma correlação direta entre votos e níveis de engajamento.

Direita e esquerda apresentam a aproximação mais ampla no vocabulário das campanhas

Os dois campos compartilham 126 termos pelos critérios da análise, incluindo referências às necessidades cotidianas e às expectativas de futuro. “Saúde” aparece em 71,3% das candidaturas femininas de direita e 76,2% das de esquerda, ante 31,0% das de extrema-direita. “Acolhimento” está presente em 43,8%, 42,9% e 15,5%, respectivamente. Escuta, comunidade, esperança e sonhos também integram esse repertório compartilhado, embora possam assumir sentidos e expressar propostas diferentes.

“Deus” é um dos poucos termos que aproximam direita e extrema-direita

Apenas três termos atendem aos mesmos critérios de aproximação entre direita e extrema-direita: Deus, fiscalizar e responsabilidade. “Deus” aparece em 53,8% das candidaturas femininas de direita e 51,2% das de extrema-direita, ante 20,2% das de esquerda. A presença religiosa ganha expressão entre as eleitas: em pelo menos oito das 12 jovens eleitas das direitas, identificamos manifestações públicas de identidade religiosa, com predominância de referências católicas. Esses vínculos também aparecem na participação em frentes parlamentares religiosas e, em parte dessas trajetórias, na defesa de agendas morais, como a oposição ao aborto.

Campopiano e Ana Elisa: dois casos de sucesso eleitoral, diferentes estratégias digitais

Analisamos de perto as campanhas de Eduarda Campopiano e Ana Elisa, dois casos de sucesso eleitoral com estratégias e resultados digitais distintos. Campopiano acumulou 3,25 milhões de interações em 37 publicações no Instagram; Ana Elisa publicou mais, com 107 posts e 1,02 milhão de interações, mas ganhou mais seguidores durante a campanha e após a eleição. A comparação mostra como frequência de publicação, engajamento e crescimento da audiência podem seguir caminhos diferentes.

A exposição das jovens mulheres à violência de gênero continua após a eleição

Nas campanhas, maternidade, aparência e idade foram mobilizadas para desqualificar candidatas, enquanto mulheres trans enfrentaram também ataques transfóbicos. Após a eleição, Ana Elisa relatou ameaças racistas e sexistas; ataques a Campopiano também foram relatados. Os episódios mostram como a violência de gênero atravessa campos políticos e acompanha a entrada dessas jovens nos espaços de poder.

Como foi a participação histórica de jovens mulheres na disputa pelo legislativo entre 2014 e 2026?

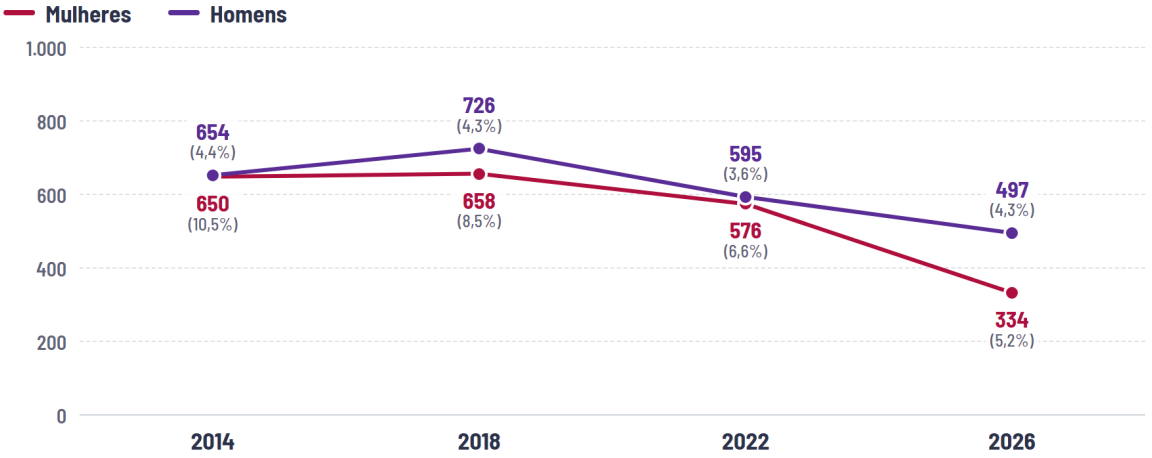
Jovens candidatas

Em perspectiva histórica, observa-se uma redução contínua do número de jovens mulheres entre as candidaturas aptas ao legislativo. Essa queda é muito mais expressiva do que a identificada entre os homens. Em 2014 tínhamos 650 candidaturas de mulheres aptas, número que caiu para 334, registrando uma redução de quase 50%. A queda entre os homens é próxima a 25%, ou seja, metade da registrada entre as jovens mulheres. No entanto, o que mais chama a atenção é como as linhas que andavam próximas se distanciam muito mais no ano de 2026, marcando uma queda geral, mas especialmente grande para as jovens mulheres – de 576 para 334 significa uma redução de 42%, superior a queda geral de registros de candidaturas nessas eleições.

Além disso, observamos que o percentual de jovens mulheres entre todas as candidaturas aptas do gênero também seguem em movimento de queda. Em 2014, 10,5% das candidaturas de mulheres eram jovens, em 2026 esse percentual foi de 5,2%, praticamente metade.

De 2014 para 2026, as candidaturas jovens aptas de mulheres caíram 48,6%; as de homens caíram 24,0%

Número de candidaturas jovens aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital, por eleição



Fonte: TSE, consulta de candidatos e resultados de 2014, 2018, 2022 e 2026
Entre parênteses, o percentual sobre todas as candidaturas aptas do mesmo gênero, de qualquer idade, em cada eleição. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º de fevereiro do ano seguinte à eleição), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

As mulheres negras tiveram um aumento percentual em sua participação entre as candidaturas de jovens mulheres de 2014 a 2022. Já entre 2022 e 2026, encontramos uma queda de 6,2 pontos percentuais. A queda também foi registrada entre os homens negros, que historicamente sempre representaram um percentual menor em comparação com as mulheres negras no universo das candidaturas de jovens mulheres aptas.

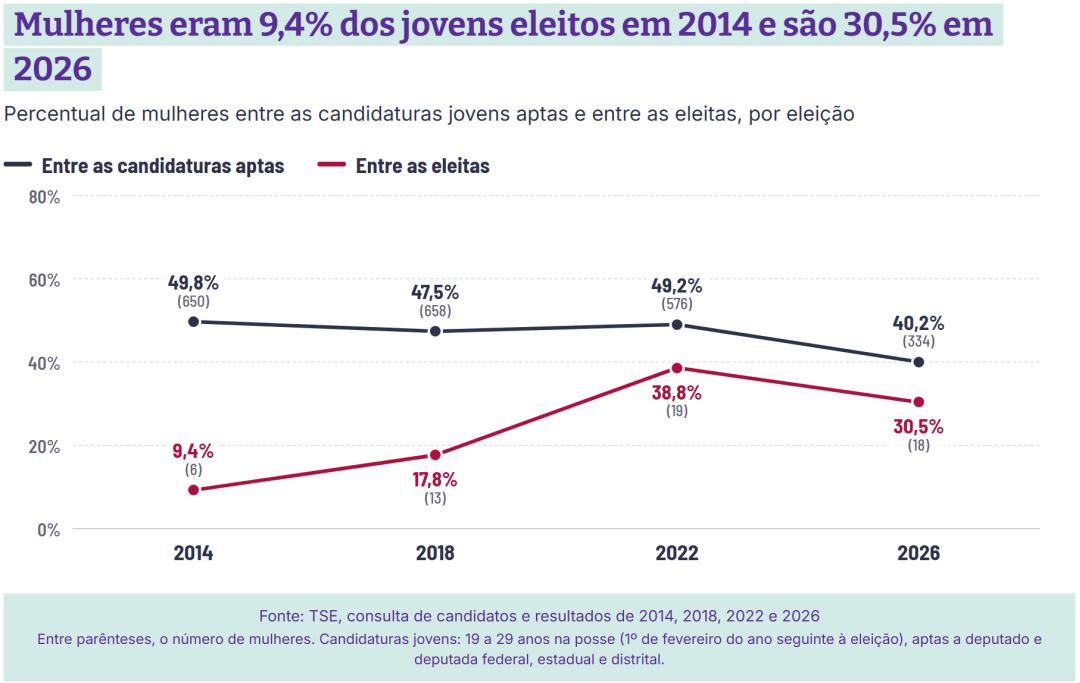
Negras eram 48,9% das candidatas jovens aptas em 2014 e são 51,8% em 2026

Pretas e pardas somadas, em percentual das candidaturas jovens aptas de cada gênero



Jovens eleitas

Em relação às eleitas, temos um aumento percentual em relação a 2014. Ali elas eram apenas 9,4% do total de jovens eleitos, hoje são 30,5%. Contudo, é importante notar que esse aumento não foi contínuo. Entre 2014 e 2022, vimos o percentual quase dobrar a cada eleição. Agora, **chegamos em 2026 e vemos uma quebra nessa tendência, com uma queda de 8,3 pontos percentuais. A queda numérica não foi tão representativa, registrando quase uma estabilidade – de 19 para 18 eleitas em 2026 – mas a queda percentual foi grande. Essa queda também aconteceu no percentual de mulheres entre as candidaturas aptas jovens. No entanto, percebemos que as curvas não andam juntas: ter mais candidaturas de mulheres entre os jovens, não significa maior sucesso eleitoral.**



A proporção de jovens candidatas aptas que conquistaram um mandato aumentou em todas as eleições analisadas: passou de 0,9% em 2014 para 2,0% em 2018, 3,3% em 2022 e 5,4% em 2026. Ao longo do período, o número de eleitas triplicou, de seis para 18, enquanto o total de candidaturas jovens femininas caiu quase pela metade. **O crescimento da taxa de sucesso combina, portanto, mais mulheres eleitas em relação a 2014 e um universo menor de candidatas.**

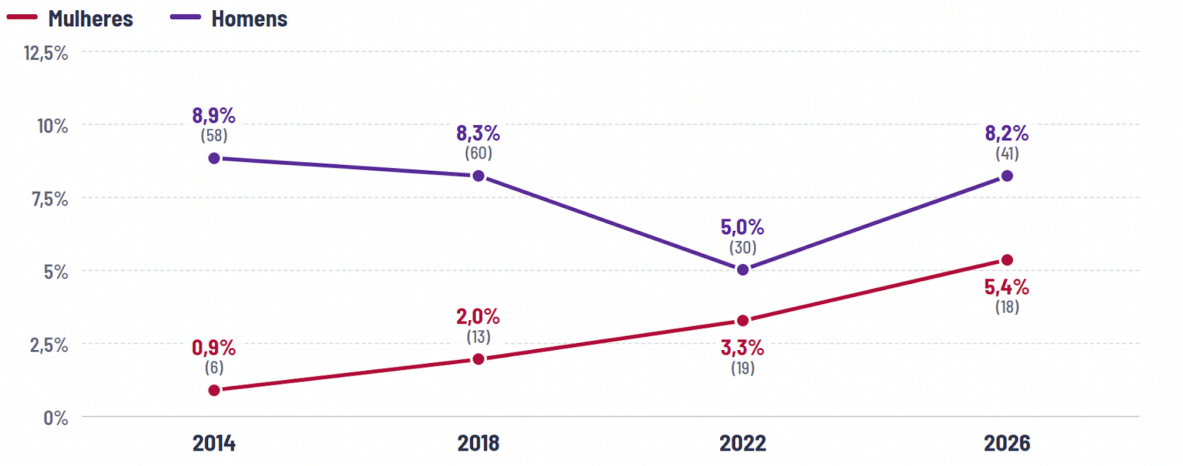
A comparação mais recente, entretanto, revela uma dinâmica diferente. **Entre 2022 e 2026, a taxa de sucesso aumentou sem expansão do número de eleitas, que passou de 19 para 18.** Nesse intervalo, a redução das candidaturas aptas foi proporcionalmente maior que a redução dos mandatos conquistados. O indicador expressa uma maior proporção de eleitas entre aquelas que disputaram, mas convive com o estreitamento da participação das jovens mulheres na competição eleitoral.

Entre os homens, a trajetória foi distinta: a taxa caiu de 8,9% em 2014 para 8,3% em 2018 e 5,0% em 2022, voltando a subir para 8,2% em 2026. Na última eleição, essa recuperação foi acompanhada pelo aumento do número de eleitos, de 30 para 41. **Enquanto as mulheres mantiveram um número de mandatos próximo ao de 2022, os homens ampliaram sua presença.**

Por isso, 2022 foi o momento de maior aproximação entre as taxas de sucesso de mulheres e homens jovens, com diferença de 1,7 ponto percentual. Em 2026, a distância voltou a crescer, para cerca de 2,9 pontos percentuais. A melhora contínua do indicador feminino convive, assim, com duas limitações: menos jovens mulheres concorrendo e uma vantagem masculina que se amplia novamente nessas eleições.

Êxito das mulheres jovens subiu de 0,9% para 5,4% entre 2014 e 2026; o dos homens caiu de 8,9% para 8,2%

Taxa de êxito (eleitas ÷ aptas) das candidaturas jovens, por gênero e eleição



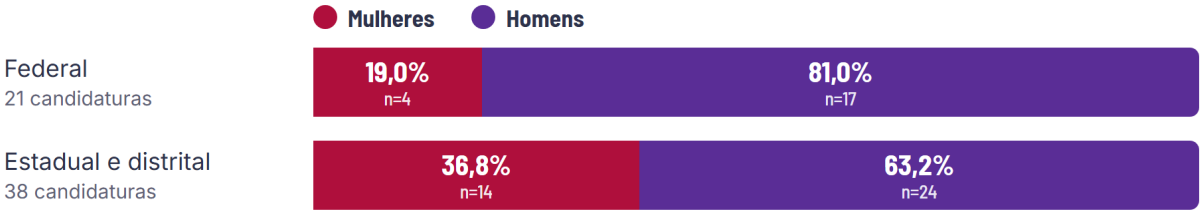
Fonte: TSE, consulta de candidatos e resultados de 2014, 2018, 2022 e 2026
Êxito: eleitas ÷ aptas. Entre parênteses, o número de eleitas e eleitos. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º de fevereiro do ano seguinte à eleição), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

O que sabemos sobre as jovens mulheres eleitas ao legislativo em 2026?

Das 59 pessoas jovens eleitas para a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, 18 são mulheres, correspondendo a 30,5% do total. A presença feminina, entretanto, varia entre os cargos: as mulheres representam 19,0% dos jovens eleitos para deputado federal, com quatro eleitas entre 21 pessoas, e 36,8% dos eleitos para deputado estadual e distrital, com 14 entre 38. **A participação feminina entre os jovens eleitos é, portanto, quase duas vezes maior no âmbito estadual e distrital do que no federal.**

Mulheres são 19,0% das candidaturas jovens eleitas a federal e 36,8% a estadual e distrital

Participação de mulheres e homens nas candidaturas jovens eleitas de cada cargo



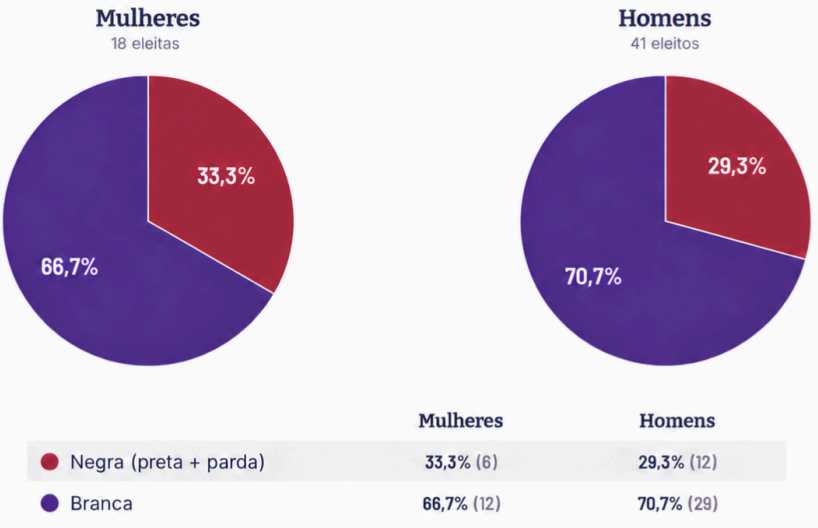
Fonte: TSE, consulta de candidatos e resultado da eleição de 2026
Candidaturas jovens eleitas: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), a deputado e deputada federal, estadual e distrital em 2026.cada eleita vale 5,6 pontos percentuais.

Essa diferença também aparece na distribuição dos mandatos conquistados pelas próprias mulheres: 14 das 18 jovens eleitas, ou 77,8%, chegaram aos legislativos estaduais e distrital. Entre os homens jovens, essa proporção é de 58,5%. Embora a presença masculina seja majoritária nos dois níveis, a desigualdade de gênero é mais acentuada entre os jovens que chegam à Câmara dos Deputados.

A renovação etária convive com uma composição predominantemente branca. Entre as jovens eleitas, 12 se declararam brancas ao TSE (66,7%), cinco pardas (27,8%) e uma preta (5,6%). Somadas, pretas e pardas representam um terço das eleitas. Entre os homens jovens, 70,7% são brancos e 29,3% são negros. Não houve pessoas jovens eleitas que se declarassem indígenas ou amarelas. A proporção de pessoas negras é ligeiramente maior entre as mulheres, mas a predominância branca atravessa os dois grupos.

Pessoas negras são 33,3% das jovens eleitas e 29,3% dos homens jovens eleitos

Cor/raça declarada ao TSE, com pretas e pardas somadas, em percentual de cada gênero



	Mulheres	Homens
Negra (preta + parda)	33,3% (6)	29,3% (12)
Branca	66,7% (12)	70,7% (29)

Fonte: TSE, consulta de candidatos e resultado da eleição de 2026
Pessoas jovens eleitas: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), a deputado e deputada federal, estadual e distrital em 2026.
Não houve pessoas jovens eleitas nas categorias amarela e indígena.

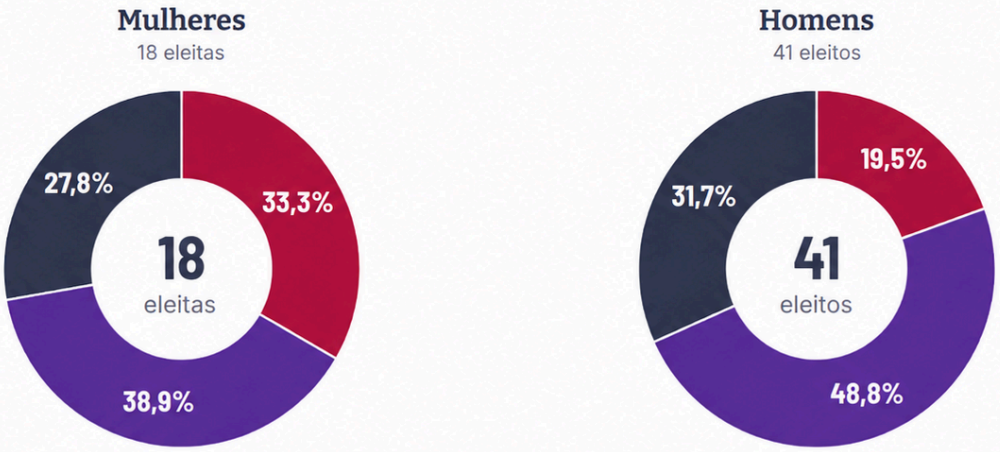
O perfil educacional das jovens eleitas também apresenta forte concentração: **13 têm ensino superior completo e quatro, superior incompleto. Assim, 17 das 18 eleitas, ou 94,4%, declararam ter ingressado no ensino superior, ante 85,4% dos homens jovens eleitos. A concentração ocorre apesar da pouca idade: cinco mulheres terão entre 21 e 24 anos na posse e 13, entre 25 e 29 anos.**

As ocupações declaradas ajudam a compreender a diversidade dessas trajetórias**. A advocacia é a categoria mais frequente entre as mulheres, reunindo quatro eleitas (22,2%), enquanto aparece entre três homens (7,3%).** Outras três mulheres declararam a ocupação de deputada e duas, de vereadora. **Mais de um quarto das jovens eleitas declarou, portanto, uma ocupação ligada ao exercício de mandato parlamentar.** Entre os homens, deputados e vereadores somam 39,0%, e a ocupação mais frequente é a de empresário, com 26,8%, contra 5,6% entre as mulheres. Essas informações registram a ocupação declarada ao TSE, sem esgotar as experiências políticas anteriores de cada pessoa.

No campo político, direita e extrema-direita reúnem dois terços das jovens eleitas. Conforme a classificação partidária adotada pelo Monitor, sete mulheres estão na direita (38,9%), cinco na extrema-direita (27,8%) e seis na esquerda (33,3%). Entre os homens jovens, direita e extrema-direita somam 80,5%, enquanto a esquerda representa 19,5%.

Extrema-direita tem 31,7% dos jovens eleitos e 27,8% das eleitas

Espectro político do partido, em percentual de cada gênero



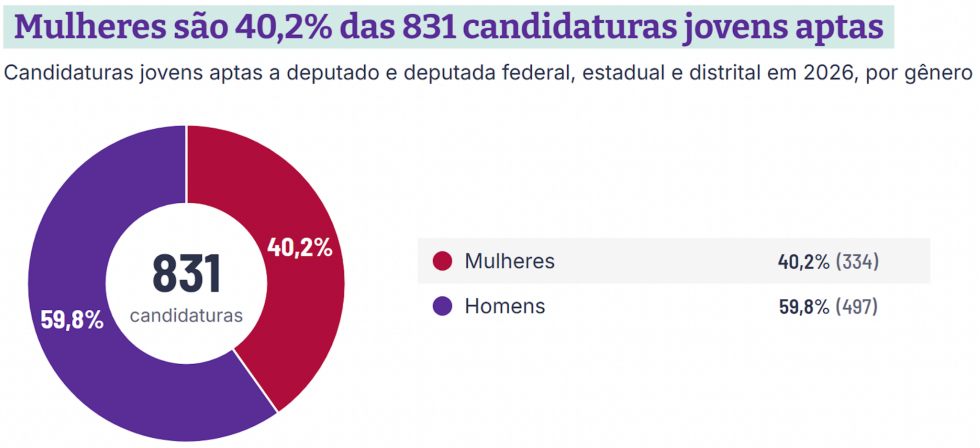
	Mulheres	Homens
Esquerda	33,3% (6)	19,5% (8)
Direita	38,9% (7)	48,8% (20)
Extrema-direita	27,8% (5)	31,7% (13)

Fonte: TSE, consulta de candidatos e resultado da eleição de 2026
Jovens eleitos e eleitas: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), para os cargos de deputado e deputada federal, estadual e distrital em 2026.

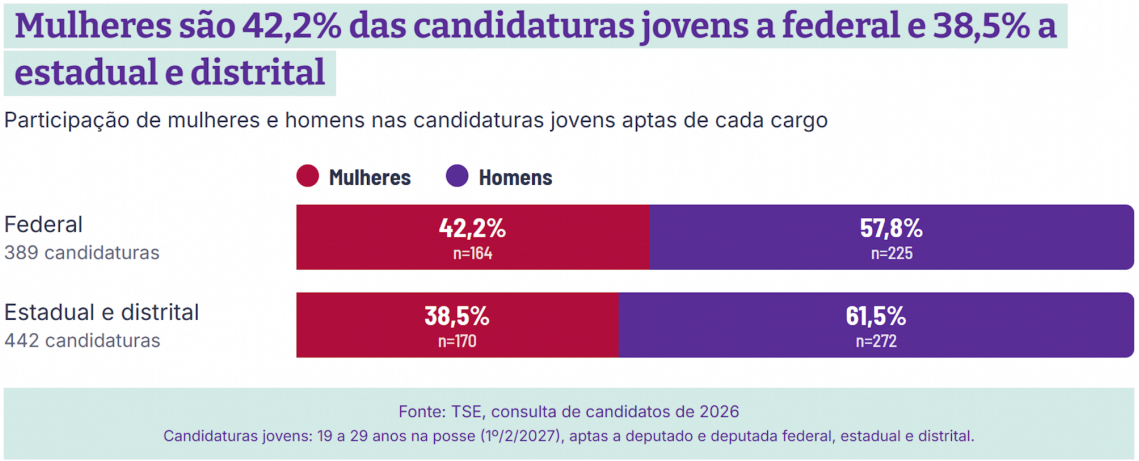
A esquerda tem, assim, maior participação relativa entre as mulheres jovens eleitas do que entre os homens. Essa diferença também pode ser observada na composição de cada campo: as mulheres são seis das 14 pessoas jovens eleitas pela esquerda (42,9%), sete das 27 pela direita (25,9%) e cinco das 18 pela extrema-direita (27,8%). O predomínio das direitas entre os jovens eleitos convive, portanto, com uma presença feminina proporcionalmente maior na esquerda.

O que sabemos sobre as jovens mulheres candidatas ao legislativo em 2026?

As mulheres representaram **40,2% das candidaturas aptas de jovens ao Legislativo em 2026**, com 334 candidaturas em um universo de 831 jovens.



Quanto ao cargo disputado, há praticamente equilíbrio: **50,9% concorrem à deputada estadual ou distrital e 49,1% à deputada federal**. Entre os homens, as candidaturas estaduais e distritais têm peso um pouco maior. Dentro do universo das candidaturas federais, há uma maior presença de jovens mulheres (42,2%) em comparação com as estaduais e distritais.

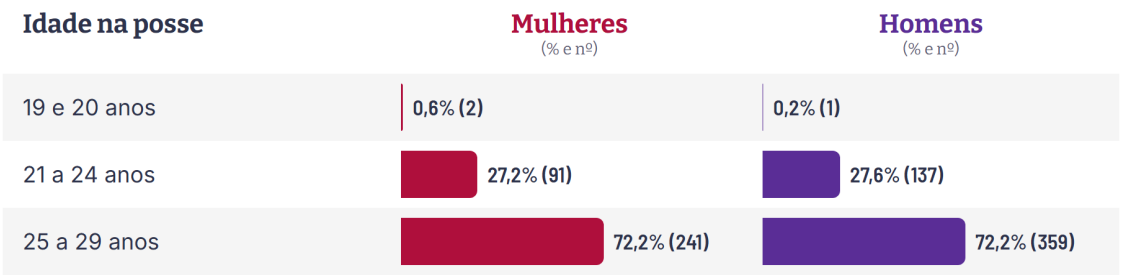


Embora permaneçam minoritárias, entendemos que essas jovens mulheres têm uma importância enorme no processo eleitoral. Por isso, nos debruçamos particularmente sobre esse grupo para compreendermos suas particularidades. Esse olhar revela um perfil que, em alguns aspectos, se

diferencia daquele observado entre os homens da mesma faixa etária. A maior parte das candidatas está próxima do limite superior do recorte de juventude: **72,2% têm entre 25 e 29 anos**, enquanto 27,2% têm entre 21 e 24 anos. A distribuição é praticamente igual à encontrada entre os homens jovens, indicando que a idade, por si só, não constitui uma diferença importante entre as candidaturas femininas e masculinas.

72,2% das candidatas jovens têm de 25 a 29 anos, mesma proporção dos homens

Idade na posse (1º de fevereiro de 2027), em percentual de cada gênero

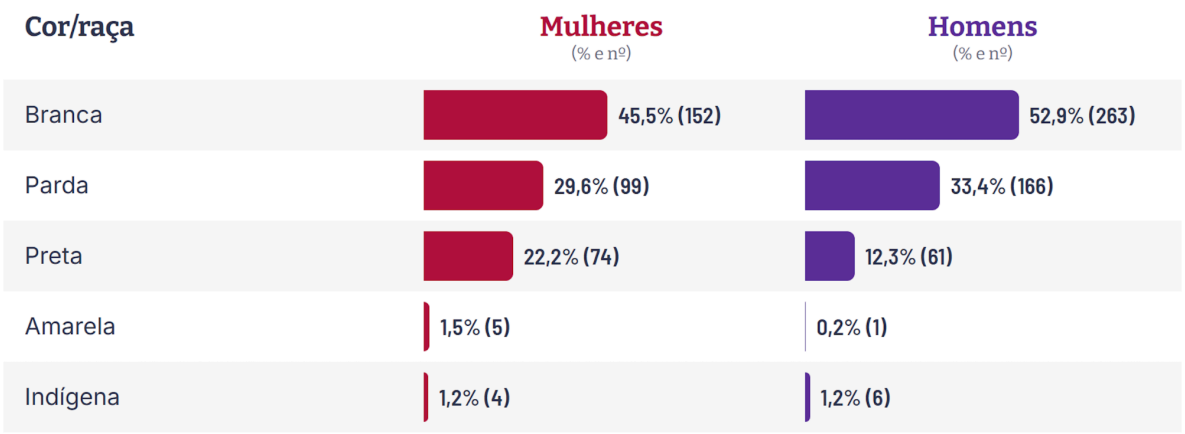


Fonte: TSE, consulta de candidatos de 2026
Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

Em termos raciais, entretanto, aparece uma diferença mais significativa. **Mulheres negras foram maioria entre as candidatas jovens, correspondendo a 51,8% do total, enquanto as brancas representaram 45,5%. Entre os homens jovens, a relação se inverte: 45,7% são negros e 52,9% brancos.** Assim, a participação de pessoas negras é 6,1 pontos percentuais maior entre as mulheres do que entre os homens, sugerindo que gênero e raça se combinam de maneira particular na composição das candidaturas juvenis. A porcentagem de mulheres pretas também é muito superior, superando em quase 10 pontos percentuais os homens pretos.

Pretas são 22,2% das candidatas jovens e 12,3% dos candidatos

Cor/raça declarada ao TSE, em percentual de cada gênero



As candidatas apresentam também escolaridade relativamente elevada. **Quase dois terços têm ensino superior completo ou incompleto (64,1%)**, enquanto 26% declararam ensino médio completo. Nesse aspecto, as diferenças entre homens e mulheres são pequenas.

64,1% das candidatas jovens chegaram ao ensino superior, completo ou não; entre os homens, 68,4%

Grau de instrução declarado ao TSE, em percentual de cada gênero

Escolaridade	Mulheres (% e nº)	Homens (% e nº)
Fundamental incompleto	1,2% (4)	2,2% (11)
Fundamental completo	1,5% (5)	1,2% (6)
Médio incompleto	7,2% (24)	5,0% (25)
Médio completo	26,0% (87)	23,1% (115)
Superior incompleto	31,4% (105)	33,4% (166)
Superior completo	32,6% (109)	35,0% (174)

Fonte: TSE, consulta de candidatos de 2026
Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

Mais marcante é a diferença no perfil ocupacional, que demarca um percentual muito maior de estudantes, bolsistas ou estagiárias entre as jovens mulheres.

Estudante é a ocupação de 33,5% das candidatas jovens e de 17,9% dos candidatos

Ocupações mais declaradas pelas candidatas jovens, em percentual de cada gênero

Ocupação	Mulheres (% e nº)	Homens (% e nº)
Estudante, bolsista ou estagiário(a)	33,5% (112)	17,9% (89)
Empresário(a)	6,3% (21)	13,3% (66)
Advogado(a)	5,1% (17)	6,4% (32)
Vereador(a)	4,2% (14)	6,4% (32)
Auxiliar de escritório	3,0% (10)	1,6% (8)
Agente administrativo(a)	2,1% (7)	0,6% (3)
Dona de casa	2,1% (7)	0,0% (0)
Professor(a) do ensino fundamental	1,8% (6)	0,8% (4)
Deputado(a)	1,2% (4)	1,8% (9)

Fonte: TSE, consulta de candidatos de 2026
As 8 ocupações mais declaradas pelas mulheres, além de Deputado(a). "Outros", opção genérica do TSE, fica fora do gráfico (17,1% das mulheres e 14,7% dos homens), mas entra no total, base dos percentuais. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

A composição ocupacional das candidaturas jovens femininas mudou nas últimas eleições. **Estudantes, bolsistas e estagiárias passaram de 17,9% das candidaturas aptas em 2022 para 33,5% em 2026; em números absolutos, o grupo cresceu de 103 para 112 candidatas, mesmo com a queda do total de candidaturas femininas jovens. Também aumentou a participação de mulheres que já ocupavam cargos eletivos, como vereadoras e deputadas, embora elas ainda representem parcelas pequenas. Em sentido contrário, a proporção de donas de casa manteve a trajetória de queda observada desde 2014.**

OCUPAÇÕES AO LONGO DAS ELEIÇÕES

Perfil das jovens candidatas aptas ao Legislativo

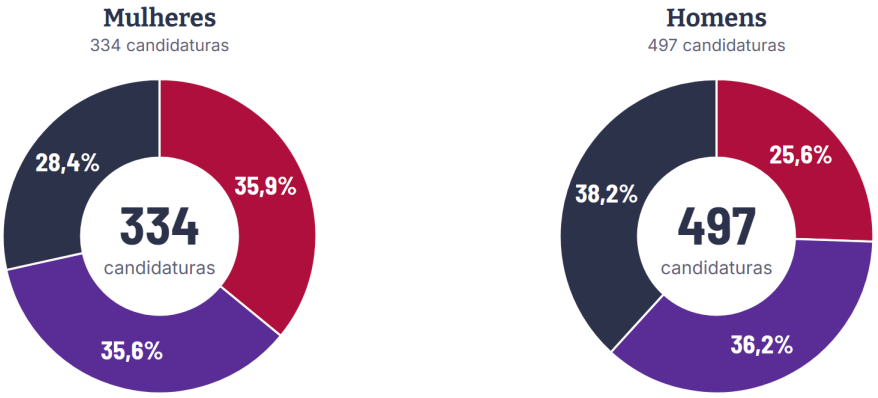
OCUPAÇÃO DECLARADA	2014 total: 650	2018 total: 658	2022 total: 576	2026 total: 334
ESTUDANTES, BOLSISTAS E ESTAGIÁRIAS	26,6% n = 173	23,3% n = 153	17,9% n = 103	33,5% n = 112
EMPRESÁRIAS	3,7% n = 24	3,0% n = 20	9,0% n = 52	6,3% n = 21
ADVOGADAS	2,3% n = 15	3,5% n = 23	5,6% n = 32	5,1% n = 17
VEREADORAS	0,6% n = 4	1,1% n = 7	3,6% n = 21	4,2% n = 14
AUXILIARES DE ESCRITÓRIO	3,7% n = 24	3,3% n = 22	2,3% n = 13	3,0% n = 10
DONAS DE CASA	6,2% n = 40	3,5% n = 23	2,3% n = 13	2,1% n = 7
DEPUTADAS	0,2% n = 1	0,0% n = 0	0,5% n = 3	1,2% n = 4

Ocupações selecionadas; percentuais calculados sobre o total de jovens candidatas aptas em cada eleição. Fonte: TSE

Entre as candidaturas jovens femininas aptas, a esquerda e a direita têm proporções praticamente iguais: 35,9% e 35,6%, respectivamente. **A extrema-direita reúne 28,4%. Em comparação com os homens jovens, as mulheres estão mais representadas na esquerda, com uma diferença de 10,3 pontos percentuais, e menos na extrema-direita, com diferença de 9,8 pontos.** Já a participação na direita é semelhante entre os grupos, com apenas 0,6 ponto percentual a menos entre as mulheres. Assim, a principal diferença está na maior presença relativa das jovens mulheres na esquerda e na menor presença na extrema-direita.

Extrema-direita tem 38,2% dos candidatos jovens e 28,4% das candidatas

Espectro político do partido, em percentual de cada gênero



	Mulheres	Homens
Esquerda	35,9% (120)	25,6% (127)
Direita	35,6% (119)	36,2% (180)
Extrema-direita	28,4% (95)	38,2% (190)

Fonte: TSE, consulta de candidatos de 2026
Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

Na extrema-direita, as candidatas se distribuíram por três siglas: **a MISSÃO reuniu 48 das 95 candidatas (50,5%), o PL, 27 (28,4%), e o NOVO, 20 (21,1%). A esquerda também teve duas legendas com o maior número de candidatas: PSOL e UP, com 27 cada. Já na direita, elas se distribuíram por mais partidos; PSDB (15), DC, PODE e Republicanos (12 cada) tiveram os maiores números.**

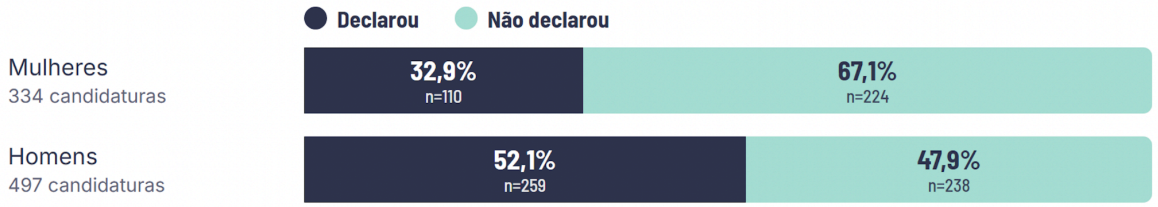
A diferença por cargo foi mais nítida na extrema-direita: 61,1% de suas candidatas disputaram vaga federal (58 de 95), contra 42,9% na direita (51 de 119) e 45,8% na esquerda (55 de 120). Nos três eixos, as demais candidatas concorreram a vagas estaduais ou distritais.

Territorialmente, a esquerda teve seu maior contingente no Nordeste: 34,2% de suas candidatas estavam nessa região. Ela também representou a maior parcela das candidaturas no Nordeste (46,1%) e no Sul (47,9%). A direita teve sua maior concentração no Sudeste, onde estavam 34,5% de suas candidatas, e reuniu pouco mais da metade das candidaturas no Norte (50,9%). A extrema-direita também se concentrou sobretudo no Sudeste: 31,6% de suas candidatas estavam nessa região.

As candidaturas de mulheres jovens chegam à disputa eleitoral com patrimônio declarado em proporção muito menor que os homens. Enquanto 52,1% dos homens declararam bens, apenas 32,9% das mulheres declararam, uma diferença de 19,2 pontos percentuais. A distância também aparece no topo da distribuição: 3,1% das mulheres declararam patrimônio superior a R$1 milhão, ante 5,5% dos homens.

32,9% das candidatas jovens aptas declararam bens; entre os homens, 52,1%

Candidaturas jovens aptas que declararam e que não declararam bens ao TSE, por gênero



Fonte: TSE, consulta de candidatos e declaração de bens de 2026
Declarou bens: candidatura com ao menos um bem de valor acima de zero na declaração entregue ao TSE no registro. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

Entre as mulheres, a desigualdade racial é igualmente expressiva. Entre as candidatas jovens aptas, 44,1% das brancas declararam ao menos um bem de valor acima de zero, proporção que cai para 34,3% entre as pardas e 10,8% entre as pretas. A desigualdade também aparece na comparação com os homens e é especialmente acentuada entre pessoas pretas: 45,9% dos homens declararam bens, ante 10,8% das mulheres.

44,1% das candidatas jovens brancas declararam bens; das pretas, 10,8%

Percentual de cada grupo que declarou bens ao TSE, entre as candidaturas jovens aptas

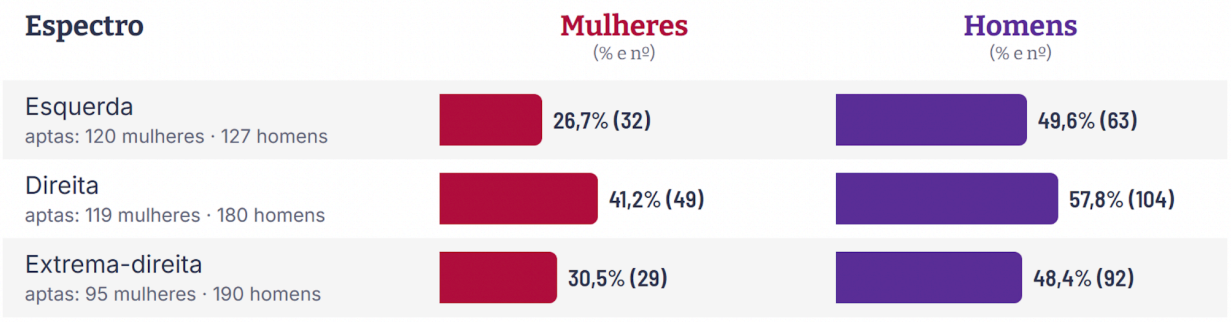
Cor/raça	Mulheres (% e nº)	Homens (% e nº)
Branca aptas: 152 mulheres · 263 homens	44,1% (67)	57,8% (152)
Parda aptas: 99 mulheres · 166 homens	34,3% (34)	45,2% (75)
Preta aptas: 74 mulheres · 61 homens	10,8% (8)	45,9% (28)
Amarela aptas: 5 mulheres · 1 homem	1 de 5	1 de 1
Indígena aptas: 4 mulheres · 6 homens	0 de 4	3 de 6

Fonte: TSE, consulta de candidatos e declaração de bens de 2026
Declarou bens: candidatura com ao menos um bem de valor acima de zero na declaração entregue ao TSE no registro. Grupo com menos de 10 candidaturas fica sem percentual: quantas declararam e o tamanho do grupo. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

A declaração de bens também varia conforme o eixo político e o gênero. Entre as candidatas jovens aptas, a proporção que declarou ao menos um bem foi maior na direita (41,2%), seguida pela extrema-direita (30,5%) e pela esquerda (26,7%). Em comparação com os homens do mesmo eixo, porém, as mulheres apresentaram percentuais menores nos três grupos. **A diferença foi mais acentuada na esquerda, onde 26,7% das mulheres declararam bens, ante 49,6% dos homens.**

41,2% das candidatas jovens de partidos de direita declararam bens; de esquerda, 26,7%

Percentual de cada grupo que declarou bens ao TSE, entre as candidaturas jovens aptas



Fonte: TSE, consulta de candidatos e declaração de bens de 2026

Declarou bens: candidatura com ao menos um bem de valor acima de zero na declaração entregue ao TSE no registro. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

Em conjunto, os dados mostram que **as mulheres jovens apresentam particularidades e se diferenciam do conjunto dos homens**. Embora ambos apresentem estruturas etárias e educacionais semelhantes, diferenciam-se no patrimônio declarado, na composição racial, nas ocupações, na distribuição partidária e, sobretudo, no peso relativo nos diferentes campos políticos. **O retrato das candidaturas femininas jovens de 2026 evidencia, assim, formas específicas de inserção das mulheres na disputa eleitoral que se tornam menos visíveis quando a juventude é analisada apenas como um conjunto homogêneo.**

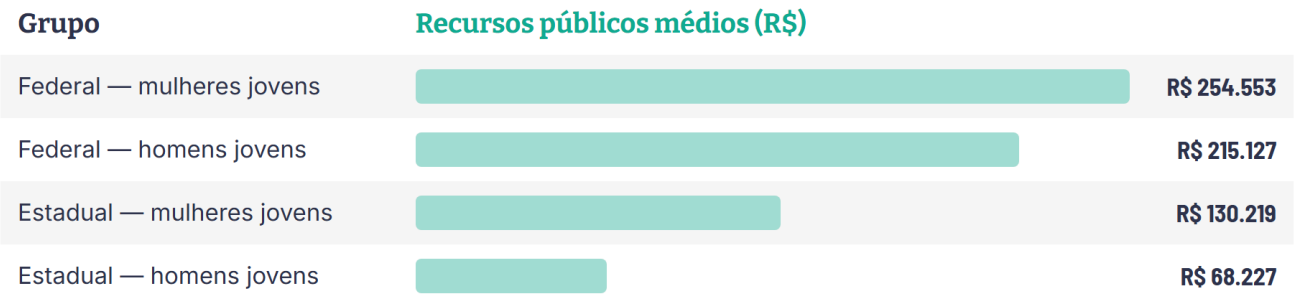
Como os recursos chegaram nas candidatas em 2026?

Os dados parciais de prestação de contas revelam um resultado que chama a atenção: as jovens candidatas ao legislativo receberam, em média, mais recursos de campanha que os homens jovens. A diferença aparece tanto nas candidaturas federais quanto nas estaduais e distritais e está associada principalmente à distribuição dos fundos públicos pelos partidos.

Entre as candidaturas a deputada federal, as jovens mulheres declararam receita média de R$266,7 mil, ante R$254,8 mil entre os homens jovens — uma diferença de 4,7%. Nos recursos públicos, a média foi de R$254,6 mil para as mulheres e de R$215,1 mil para os homens, 18,3% a mais. A distância na receita total é menor porque, fora da FEFC e do Fundo Partidário, os homens jovens declararam em média R$39,6 mil, mais que o triplo das mulheres (R$12,1 mil).

Jovens candidatas recebem mais recursos públicos

Média dos valores declarados por gênero e cargo



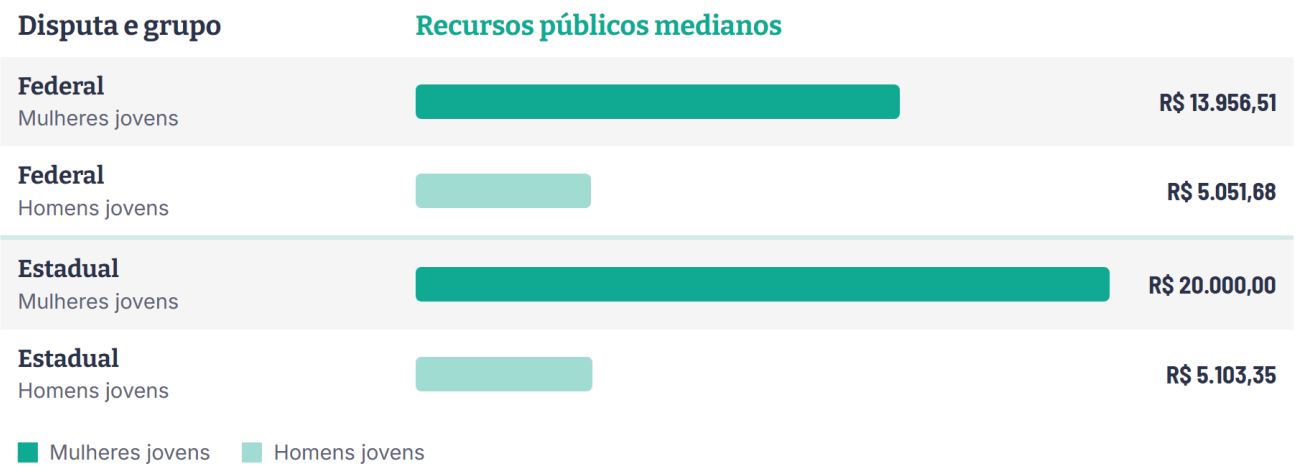
Fonte: TSE, prestação parcial de contas de 2026. Última entrega registrada na base: 6 de outubro de 2026. Zeros mantidos no cálculo.
Elaboração: Monitor Jovem DX.

A vantagem também aparece nas disputas estaduais e distritais. As jovens mulheres registraram receita média de R$160,7 mil, enquanto os homens jovens receberam R$113,9 mil. Considerando apenas FEFC e Fundo Partidário, as médias foram de R$130,2 mil para as mulheres e R$68,2 mil para os homens. Nesse nível da disputa, as jovens candidatas receberam, em média, praticamente o dobro dos recursos públicos destinados aos homens da mesma idade.

Jovens candidatas têm mediana maior de recursos públicos

Mediana dos valores declarados por gênero e cargo

A mediana representa a candidatura situada no meio de cada grupo e reduz o efeito das campanhas com valores excepcionalmente altos.



Fonte: TSE, prestação parcial de contas de 2026. Última entrega registrada na base: 6 de outubro de 2026. Zeros mantidos no cálculo.
Elaboração: Monitor Jovem DX.

As medianas confirmam que o resultado não decorre exclusivamente de poucas campanhas milionárias. Entre as candidaturas estaduais, a jovem mulher situada no centro da distribuição recebeu R$20 mil em recursos públicos, ante R$5,103 mil entre os homens jovens. Entre as federais, as

medianas foram de R$13,957 mil para as mulheres e R$5,052 para os homens. Na mediana a vantagem das mulheres é maior do que na média: elas recebem 2,8 vezes o valor dos homens na disputa federal e 3,9 vezes na estadual.

Ao mesmo tempo, a distância entre média e mediana revela forte concentração dos recursos, sobretudo nas candidaturas federais. Embora o financiamento público médio das jovens candidatas à Câmara dos Deputados tenha alcançado R$254,6 mil, metade delas recebeu até R$14 mil. Uma parcela relativamente pequena de campanhas com repasses muito elevados puxa a média para cima: das 16 candidatas federais mais financiadas, 10% do grupo, ficaram com 65,7% dos recursos públicos destinados às jovens nessa disputa. **Entre as dez jovens mulheres com maior receita declarada, oito disputaram uma vaga de deputada federal.**

Os partidos desempenham papel central nesse padrão. Aproximadamente 90% da receita declarada pelas jovens candidatas teve origem no FEFC ou no Fundo Partidário; entre os homens jovens, 76,8%. PP, PT, PL, MDB e União aparecem entre as legendas responsáveis pelas campanhas mais financiadas, embora adotem estratégias distintas: em alguns casos, os recursos alcançam um conjunto mais amplo de jovens mulheres; em outros, ficam concentrados em poucas candidaturas prioritárias. No PT e no PL, praticamente todas as candidatas jovens receberam recursos públicos e nenhuma ficou com mais de 27% do total repassado pelo partido a elas; forma também as legendas que mais elegeram jovens mulheres, cinco cada. No MDB, uma única candidata concentrou 66,2% do total, e no PP duas das cinco candidatas ficaram com 81,6%.

Quando pensamos no cruzamento entre gênero e raça ou cor, **a desigualdade racial foi especialmente acentuada nas disputas estaduais e distritais.** Nelas, as medianas das candidatas negras ficaram em menos da metade das obtidas pelas brancas, tanto na receita total quanto nos recursos públicos, e quase um terço delas (32,1%) não recebeu recursos públicos, contra 17,3% das brancas. **Entre as candidatas a deputada federal, as mulheres negras alcançaram medianas de financiamento semelhantes ou superiores às das brancas (R$20 mil de receita total nos dois grupos; R$18 mil de recursos públicos, ante R$13,7 mil), mas continuaram mais sujeitas a não receber nenhum recurso: 22,4% ficaram sem recursos públicos, contra 17,4% das brancas.** Portanto, os dados não revelam uma desvantagem racial uniforme: ela varia conforme o cargo e aparece com maior intensidade nas eleições estaduais, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

Jovens candidatas negras recebem menos nas disputas estaduais

Medianas da receita total e dos recursos públicos recebidos, por raça

O grupo de candidatas negras reúne mulheres pretas e pardas. Deputadas estaduais e distritais são analisadas conjuntamente.

Grupo racial	Receita total mediana	Recursos públicos medianos
Brancas	R$ 44.316,91	R$ 30.420,00
Negras (pretas e pardas)	R$ 19.799,17	R$ 14.629,17

Acesso ao financiamento

Brancas

Sem receita declarada: **6,2%**

Sem recursos públicos: **17,3%**

Negras (pretas e pardas)

Sem receita declarada: **17,9%**

Sem recursos públicos: **32,1%**

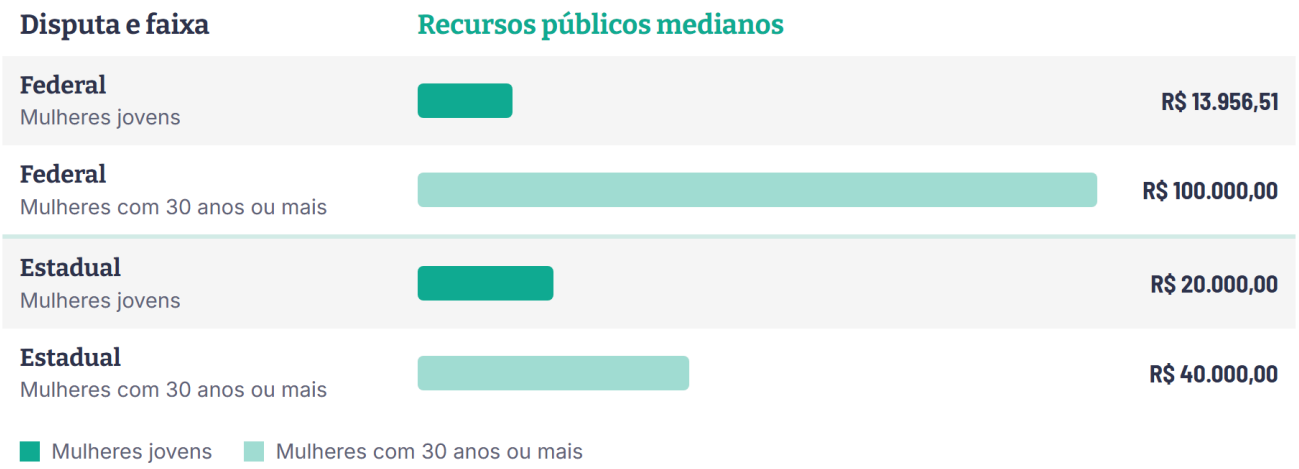
Fonte: TSE, prestação parcial de contas de 2026. Última entrega registrada na base: 6 de outubro de 2026.
Nota: recursos públicos recebidos correspondem à soma do FEFC e do Fundo Partidário; zeros mantidos no cálculo.
Elaboração: Monitor Jovem DX.

A vantagem das jovens candidatas em relação aos homens da mesma faixa etária não significa igualdade no acesso ao financiamento partidário. **Quando comparadas exclusivamente às mulheres com 30 anos ou mais, sem sobreposição entre os grupos, as jovens apresentam medianas substancialmente menores. Nas candidaturas federais, receberam R$14 mil, ante R$100 mil entre as mais velhas — uma diferença de 86%. Nas estaduais e distritais, a mediana foi de R$20 mil entre as jovens e de R$40 mil entre as mulheres com 30 anos ou mais, diferença de 50%**. Na disputa federal, 21,2% das jovens não receberam recursos públicos, contra 8,8% das mulheres mais velhas. No conjunto, as jovens são 5,2% das candidatas e ficaram com 4% dos recursos públicos destinados às mulheres.

O financiamento das candidatas varia com a idade

Mediana dos recursos públicos declarados por idade e cargo

Os grupos não se sobrepõem: jovens têm até 29 anos e o grupo de comparação reúne somente mulheres com 30 anos ou mais, sempre na data da posse.



Fonte: TSE, prestação parcial de contas de 2026. Última entrega registrada na base: 7 de outubro de 2026. Zeros mantidos no cálculo. Elaboração: Monitor Jovem DX.

Os resultados mostram, assim, uma combinação de vantagem relativa e forte desigualdade interna. As jovens mulheres receberam mais que os homens da mesma idade, mas muito menos do que o conjunto das mulheres a partir dos 30 anos. Além disso, percebemos que os recursos estão concentrados em determinadas candidaturas, partidos e cargos. Abaixo listamos os dez nomes com maior financiamento de campanha, destoando bastante do conjunto das candidaturas: juntas, as dez somam 32,9% de toda a receita declarada pelas jovens candidatas.

Das 10 jovens candidatas com maior receita, 2 se elegeram

Ranking pela receita total, com a parcela de recursos públicos e o resultado na eleição

Posição	Candidata	Idade	Partido — UF	Cargo	Receita total	Recursos públicos	Resultado
01	Amanda Gentil	28 anos	PP — MA	Federal	R$ 3.247.300,00	R$ 3.020.000,00	Eleita
02	Ana Júlia	26 anos	PT — PR	Federal	R$ 3.059.934,96	R$ 2.974.000,00	Eleita
03	Zoe Martínez	27 anos	PL — SP	Federal	R$ 3.027.702,81	R$ 3.000.000,00	Suplente
04	Vitoria Souza	20 anos	PP — SP	Federal	R$ 2.600.000,00	R$ 2.600.000,00	Suplente
05	Emily Santos	25 anos	PL — PI	Federal	R$ 2.500.000,00	R$ 2.500.000,00	Não eleita
06	Caila Carim	29 anos	MDB — AM	Federal	R$ 2.250.000,00	R$ 2.250.000,00	Suplente
07	Brisa	29 anos	PT — RN	Federal	R$ 1.939.257,02	R$ 1.909.913,79	Suplente
08	Ester Carvalho	22 anos	UNIÃO — DF	Federal	R$ 1.695.416,40	R$ 1.695.416,40	Não eleita
09	Duda Ganem	21 anos	UNIÃO — RJ	Estadual	R$ 1.352.610,00	R$ 1.163.260,00	Suplente
10	Maria Paula	27 anos	PT — SP	Estadual	R$ 1.242.447,50	R$ 480.000,00	Suplente

Fonte: TSE, consulta de candidatos e prestação de contas de 2026

Prestação de contas parcial, com entregas até 06/10/2026. Receita total de campanha, de todas as fontes; 89,9% da receita das candidatas veio de FEFC e Fundo Partidário. Recursos públicos: FEFC e Fundo Partidário recebidos. Resultado das 10: suplente: 6; eleita: 2; não eleita: 2. Candidaturas jovens: 19 a 29 anos na posse (1º/2/2027), aptas a deputado e deputada federal, estadual e distrital.

Ou seja, a vantagem de gênero não significa que todas as jovens candidatas estejam sendo financiadas de maneira semelhante. Da tabela acima, temos 8 candidaturas ao legislativo federal e 2 ao estadual, de Duda Ganem (União-RJ) e Maria Paula (PT-SP). Temos uma maioria de partidos à direita. Das dez, apenas duas se elegeram, Amanda Gentil (PP-MA) e Ana Júlia (PT-PR), ambas ocupam as primeiras posições no recebimento total de recursos públicos, seis ficaram como suplentes Zoe Martínez (PL-SP), Vitoria Souza (PP-SP), Caila Carim (MDB-AM), Brisa (PT-RN), Duda Ganem (União-RJ), Maria Paula (PT-SP) e duas não se elegeram Emily Santos (PL-PI) e Ester Carvalho (União-DF).

Os valores correspondem à prestação de contas e abrangem as entregas registradas até 7 de outubro de 2026. Eles ainda podem ser alterados por novas entregas e retificações.

2. JOVENS MULHERES EM CAMPANHA DIGITAL

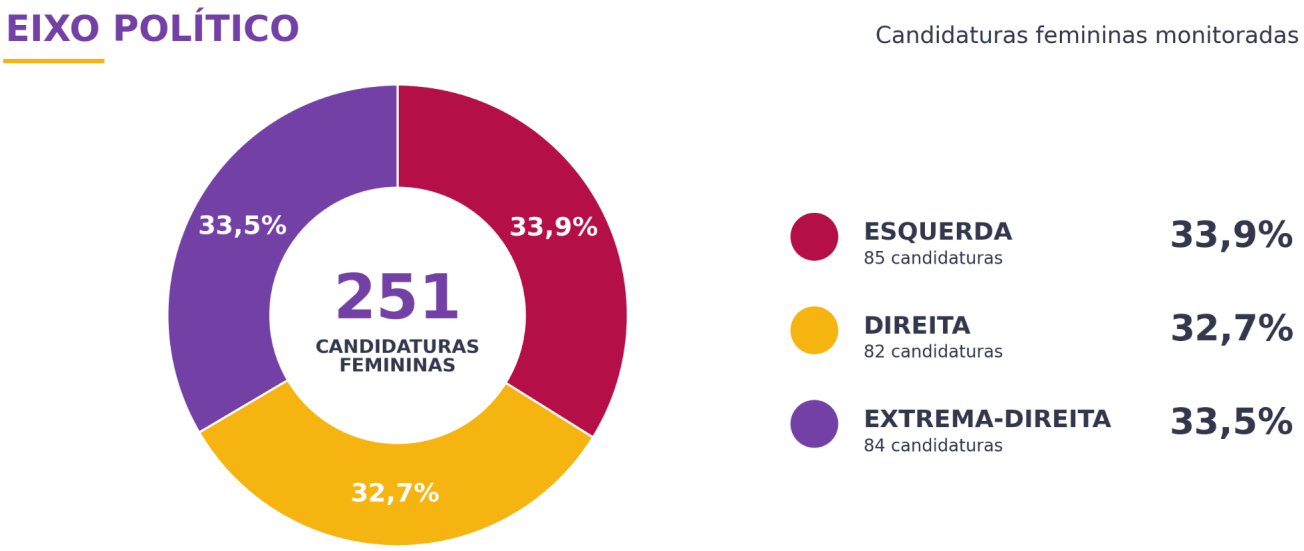
As jovens mulheres são fundamentais na política e, como vimos, **vêm diminuindo em número e em proporção entre as candidaturas ao Legislativo. O retrato anterior mostrou que estamos falando de um conjunto diverso de mulheres, mas também nos levou à questão de como essas candidaturas constroem suas campanhas**. Observar como elas se apresentam nas plataformas digitais permite identificar diferenças na construção de suas agendas, nas formas de interlocução com o público e na circulação de seus conteúdos.

Neste relatório, o **Monitor Jovem DX volta seu olhar para as candidaturas jovens femininas e também para as formas como elas construíram suas campanhas nas redes sociais. A análise considera as candidaturas para as quais foi possível localizar perfis e coletar publicações durante a campanha e estabelece comparações com os homens. O universo do monitoramento digital reúne 692 candidaturas: 251 mulheres e 441 homens. O período vai de 16 de agosto a 4 de outubro, abrangendo toda a campanha eleitoral, nas redes Instagram, X, TikTok, Facebook e YouTube.** Primeiro, comparamos o vocabulário mobilizado pelas candidaturas de mulheres e homens. Em seguida, analisamos quantitativa e qualitativamente as postagens de candidaturas femininas de esquerda, direita e extrema-direita, considerando também o volume de publicações, as interações alcançadas e a concentração desse engajamento.

Os resultados mostram que as campanhas das mulheres estão longe de constituir um conjunto homogêneo. **As diferenças entre as candidaturas de mulheres e homens já são expressivas, mas é entre os diferentes campos políticos que encontramos contrastes particularmente marcantes**. Esquerda, direita e extrema-direita mobilizam vocabulários distintos, que se refletem nos temas abordados e nas formas de construir a própria candidatura, de estabelecer relações com o público e de se posicionar diante da disputa política.

Como jovens mulheres candidatas constroem sua visibilidade?

A visibilidade alcançada pelas candidaturas femininas foi fortemente desigual entre os campos políticos. Entre as 251 jovens candidatas monitoradas, a distribuição é relativamente equilibrada: 33,9% estão na esquerda, 32,7% na direita e 33,5% na extrema-direita.



Esse equilíbrio, entretanto, não se repete na repercussão das publicações. **As candidatas de esquerda produziram 40,3% dos posts, mas reuniram cerca de 12% das interações. As de direita concentraram metade das interações com apenas 26,5% das publicações, enquanto as de extrema-direita responderam por aproximadamente 38% das interações e 33,2% dos posts.** Juntas, direita e extrema-direita acumularam cerca de 88% do engajamento feminino. A diferença ocorre, portanto, entre grupos de tamanho semelhante e mostra que publicar mais não correspondeu a obter maior repercussão.

ATIVIDADE NAS REDES POR ESPECTRO POLÍTICO

Candidaturas femininas monitoradas

ESPECTRO POLÍTICO	CANDIDATURAS MULHERES	POSTS	INTERAÇÕES
DIREITA	82	5.505	17,5 mi
ESQUERDA	85	8.357	4,2 mi
EXTREMA-DIREITA	84	6.877	13,3 mi

TOTAL 251 candidaturas • 20.739 posts • 35.030.118 interações

Posts: registros da base, sem deduplicação adicional. Interações por eixo arredondadas em milhões.

No mesmo período, acompanhamos 441 jovens homens e 251 jovens mulheres, totalizando 692 candidaturas monitoradas. **As mulheres representaram 36,3% das candidaturas e produziram 31,8% dos posts, mas reuniram 37,6% das interações.** Suas 20.739 publicações acumularam 35 milhões de interações, enquanto os homens registraram 44.395 posts e 58,1 milhões. **Embora tenham publicado menos, as mulheres alcançaram uma média de interações por publicação cerca de 29% superior à masculina: 1.689 contra 1.308.** Essa vantagem média, contudo, não indica maior repercussão para todas as candidatas e pode ser influenciada por publicações e perfis com engajamento muito acima dos demais.

ATIVIDADE NAS REDES POR ESPECTRO POLÍTICO

Candidaturas masculinas monitoradas

ESPECTRO POLÍTICO	CANDIDATURAS HOMENS	POSTS	INTERAÇÕES
DIREITA	151	14.602	11,5 mi
ESQUERDA	108	13.261	15,6 mi
EXTREMA-DIREITA	182	16.532	31,0 mi

TOTAL 441 candidaturas • 44.395 posts • 58.088.502 interações

Posts: registros da base, sem deduplicação adicional. Interações por eixo arredondadas em milhões.

O volume de publicações e interações variou entre os eixos políticos. **As candidatas de esquerda fizeram o maior número de posts — 8.357, ou 40,3% dos posts das mulheres —, mas reuniram 4,2 milhões de interações (12,1%).** Na extrema-direita, foram 6.877 posts (33,2%) e 13,3 milhões de interações (37,8%). Já as candidatas de direita publicaram 5.505 posts (26,5%), que concentraram 17,5 milhões de interações, metade do total das mulheres.

A diferença também aparece na média por post: foram 3.185 interações entre as candidatas de direita, 1.927 na extrema-direita e 507 na esquerda. **Na comparação com os homens do mesmo eixo, a média da direita entre as mulheres foi cerca de quatro vezes maior** (3.185 contra 787 interações por post). Na extrema-direita, as médias foram próximas (1.927 entre mulheres e 1.877 entre homens); na esquerda, a média feminina foi menor (507 contra 1.175).

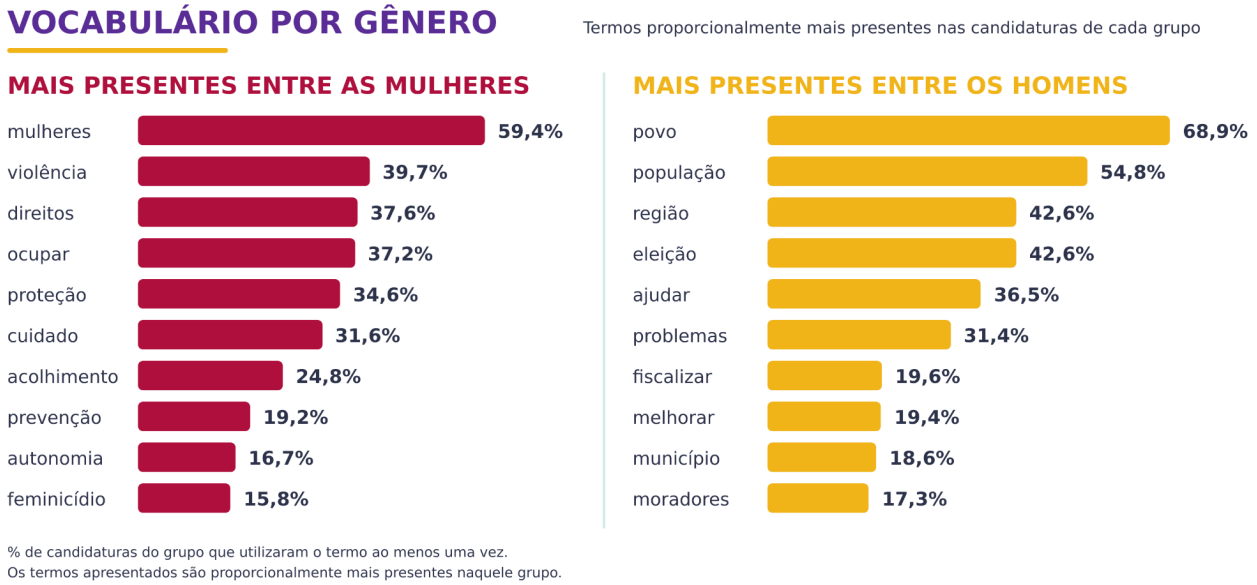
No conjunto das candidaturas, a extrema-direita reuniu o maior número candidaturas monitoradas (266) e acumulou 44,3 milhões de interações, 47,5% do total. Esse volume veio sobretudo dos homens: eles somaram 31 milhões de interações no eixo, enquanto as mulheres somaram 13,3 milhões. **Entre as mulheres, portanto, a maior concentração de interações esteve na direita; entre os homens, na extrema-direita.** Esses totais mostram diferenças de desempenho por post, mas sabemos, pelo monitoramento realizado, que algumas candidaturas concentram um número muito elevado de publicações.

As diferenças entre as campanhas não aparecem apenas no alcance de suas publicações. O vocabulário mobilizado também ajuda a identificar como as candidaturas constroem suas mensagens e quais temas ganham maior presença entre diferentes grupos. Para isso, fizemos uma análise lexical diferencial, que eliminou 2 candidaturas femininas para as quais não foi possível processar textos nos posts, por isso o universo das mulheres resultou em 248.

O que diferencia o vocabulário das campanhas digitais das candidatas?

Quando observamos os termos que mais diferenciam as publicações de candidaturas femininas e masculinas, encontramos contrastes expressivos. A análise considera a proporção de candidaturas que utilizou cada termo ao menos uma vez no período, evitando que perfis com maior volume de publicações tenham um peso desproporcional nos resultados.

Entre as mulheres, destacam-se referências à **presença feminina na política** e termos relacionados a **direitos, proteção e enfrentamento da violência**. "Mulheres" aparece em **63,7% das candidaturas femininas**, diante de **31,2% das masculinas**. Também são mais disseminados entre elas termos como direitos, espaços, representatividade, dignidade, transformação, acolhimento, autonomia e cuidado. "Violência", por exemplo, aparece em **42,7% das candidaturas femininas e em 24,0% das masculinas**; "acolhimento", em **33,9% e 16,1%**. Embora não esteja entre os termos apresentados no gráfico, **"feminicídio"** também marca uma diferença: aparece em **18,5% das candidaturas de mulheres, ante 5,2% das de homens**.



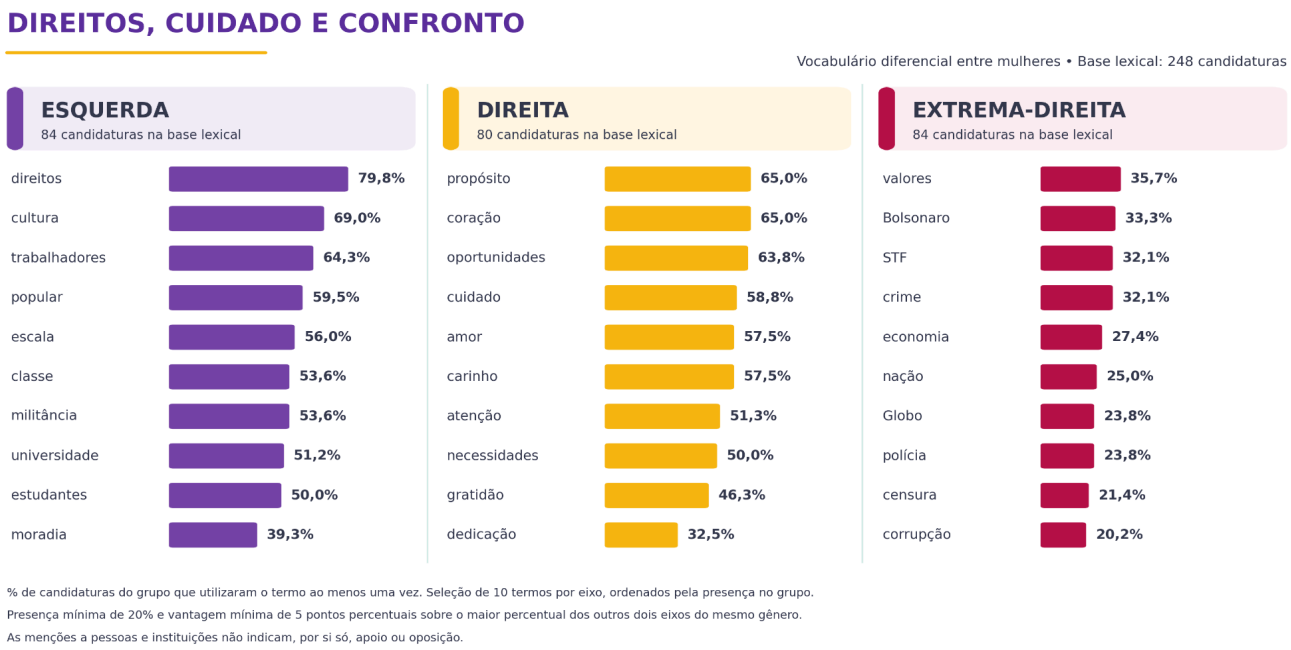
Entre os homens, o vocabulário diferencial reúne referências à **atuação territorial e administrativa**, como região, prefeitura, infraestrutura, investimentos e fiscalizar, além de termos como governo, dinheiro, corrupção, Bolsonaro e STF. "Região" aparece em **52,3% das candidaturas masculinas**, diante de **41,1% das femininas**; "corrupção", em **26,0% e 12,9%**; e "STF", em **26,9% e 16,5%**. Esses resultados mostram **quais palavras estão mais disseminadas em cada grupo**, mas não permitem, sozinhos, atribuir a elas um mesmo sentido ou uma agenda comum.

A leitura das publicações ajuda a compreender essas diferenças. Entre as mulheres, referências a **direitos, violência, ocupação de espaços e às próprias mulheres** assumem sentidos distintos conforme o campo político. Direitos podem estar associados à luta social, à representação de grupos específicos ou à autonomia das famílias; ocupar espaços pode aparecer ligado à construção coletiva, à renovação política ou à participação institucional. Mesmo "violência", um dos termos diferenciais, não se refere sempre à violência contra as mulheres, enquanto **"feminicídio" apresenta uma referência mais específica**.

Essa variação indica que o diferencial entre mulheres e homens é apenas uma parte do retrato. **Quando olhamos para as candidaturas femininas a partir de seus campos políticos, as diferenças se tornam mais marcantes e mais evidentes**. É nesse nível que aparecem repertórios distintos nas campanhas de mulheres de esquerda, direita e extrema-direita.

Entre **direitos, cuidado e confronto**

A comparação entre os campos políticos revela **diferenças no vocabulário das candidaturas de mulheres**. A distribuição dos termos, articulada à leitura das publicações, permite identificar formas distintas de construir a candidatura, apresentar prioridades e estabelecer relações com o público.



Entre as candidaturas de **esquerda**, o vocabulário está relacionado aos **direitos, ao trabalho e à mobilização coletiva**. “Direitos” aparece em **79,8%** das candidaturas desse campo, diante de **38,8% na direita e 22,6% na extrema-direita**. Também se destacam cultura, trabalhadores, popular, escala, classe, militância, universidade, estudantes e moradia. “Cultura” está presente em **69,0%** das candidaturas de esquerda, ante **17,5% das de direita e 20,2% das de extrema-direita**; “trabalhadores”, em **64,3%, 12,5% e 7,1%**, respectivamente. A presença de termos como classe, militância e estudantes reforça a importância das referências a grupos sociais e à organização coletiva nesse repertório.

O vocabulário das candidaturas de **direita** está mais associado ao **cuidado, ao propósito e à proximidade**. Entre os termos selecionados estão propósito, coração, oportunidades, cuidado, amor, carinho, atenção, necessidades, gratidão e dedicação. “Propósito” aparece em **65,0%** das candidaturas de direita, diante de **29,8% das de esquerda e 38,1% das de extrema-direita**. “Cuidado” está presente em **58,8%, 41,7% e 23,8%**, respectivamente; “gratidão”, em **46,3%, 25,0% e 20,2%**. Na leitura das publicações, esse repertório se articula à apresentação da candidatura como extensão de uma trajetória pessoal, com ênfase na atenção às necessidades cotidianas e no vínculo com as pessoas e suas comunidades.

Na **extrema-direita**, o vocabulário diferencial reúne referências à **política nacional, aos conflitos institucionais, à segurança e aos valores**. Entre os termos selecionados estão valores, Bolsonaro, STF, crime, economia, nação, Globo, polícia, censura e corrupção. "STF" aparece em **32,1%** das candidaturas desse campo, ante **6,3% das de direita e 10,7% das de esquerda**; "censura", em **21,4%, 5,0% e 6,0%**, respectivamente. "Bolsonaro" está presente em **33,3%** das candidaturas de extrema-direita, diante de **8,8% das de direita e 20,2% das de esquerda**. A menção isolada não indica apoio ou oposição, mas a leitura das publicações situa essas referências em conteúdos de confronto, ataques a adversários e contestação de instituições e atores do debate público.

Os termos que distinguem a extrema-direita são, contudo, menos disseminados entre suas candidaturas. Na seleção apresentada, sua presença varia de **20,2% a 35,7%**, enquanto os termos selecionados na esquerda alcançam de **39,3% a 79,8%**, e os da direita, de **32,5% a 65,0%**. Isso indica que esse vocabulário distintivo é compartilhado por uma parcela menor das candidaturas do grupo. Não significa, por si só, menor convergência discursiva: palavras amplamente utilizadas, mas também comuns aos outros campos, podem ficar fora da seleção justamente por não diferenciá-lo.

É da combinação entre **a distribuição dos termos e os sentidos encontrados nas publicações** que emergem três repertórios particularmente marcantes: **direitos na esquerda, cuidado na direita e ataque na extrema-direita**. Eles não resumem toda a comunicação das candidaturas de cada campo, mas ajudam a identificar diferenças na maneira como essas mulheres constroem suas campanhas e sua atuação política.

Para observar esses repertórios de perto, selecionamos as **dez candidatas com maior número de interações de cada grupo** e, para cada uma, seu conteúdo de maior repercussão no primeiro mês de campanha. A análise qualitativa dialoga com os resultados lexicais: na direita, ganham destaque conteúdos ligados à **vida pessoal e à trajetória das próprias candidatas**; na extrema-direita, **conflitos, adversários e lideranças políticas** aparecem com maior nitidez; na esquerda, as candidaturas aparecem mais frequentemente associadas a **redes, atores e formas coletivas de representação**.

Direita: Cuidado e trajetória pessoal

O vocabulário diferencial das candidaturas de direita, marcado por palavras como **cuidado, famílias, propósito, caminhada, oportunidades e proximidade**, também aparece nas trajetórias das mulheres que alcançaram maior repercussão nesse campo. Em comum, elas constroem a candidatura a partir de experiências pessoais, religiosas e profissionais anteriores à disputa eleitoral. A política é apresentada como desdobramento de uma história de vida e de vínculos estabelecidos com públicos específicos, mais do que como ruptura com a atuação que já desenvolviam nas plataformas.

Saúde, casamento, maternidade e experiências pessoais estão entre os conteúdos de maior interação. Vitória Souza (PP-SP) lidera esse eixo com atualizações sobre a saúde e evolução do filho dentro da UTI; Camila Cardoso (União-SP) alcança forte repercussão com publicações de humor, que retratam a realidade cotidiana de uma técnica de enfermagem. Em outros casos, a própria trajetória se converte em argumento político: Menina da Bota (União-MG) associa sua candidatura à representação da "voz das pessoas mais simples", enquanto Késia de Jesus (PSDB-GO) mobiliza juventude e trajetória

pessoal para defender a ocupação de espaços de decisão. Ester Carvalho centra sua campanha na causa animal, também mobilizando a trajetória anterior de resgate e cuidado animal.



Extrema-direita: o confronto como identidade política

Na extrema-direita, a construção da visibilidade assume uma forma distinta: adversários, conflitos e lideranças políticas aparecem com muito mais nitidez. Esse padrão também se manifesta no vocabulário diferencial do grupo, no qual se destacam termos como **valores, Bolsonaro, crime, globo, censura.** Em vez de se concentrar apenas na apresentação de trajetórias pessoais ou de propostas relacionadas ao cotidiano, parte dessas candidaturas procura se inserir diretamente nos principais conflitos da política nacional.

Quécia Reis (Missão-BA) replica uma fotografia de Lula e ironiza o registro de sua prisão durante a ditadura militar. Julia de Castro (PL-RJ) produz conteúdo crítico à esquerda por meio de uma entrevista de rua, enquanto Bella Carmelo (PL-CE) associa o PT e Lula ao aumento dos preços dos alimentos, utilizando imagens de produtos de supermercado. Nesses conteúdos, temas econômicos, acontecimentos políticos e referências históricas são apresentados por meio da responsabilização direta de adversários.

A associação a lideranças e organizações políticas já consolidadas também é recorrente. Zoe Martínez (PL-SP) mobiliza a imagem de Flávio Bolsonaro, enquanto Ana Clara Gurgel (Missão-RN) e Fernanda Schmitt (Missão-SP) acionam Renan Santos. Essas referências não funcionam apenas como demonstrações de apoio: elas situam as candidaturas em redes políticas mais amplas, tornam reconhecível seu posicionamento ideológico e permitem que disputas nacionais sejam incorporadas às campanhas locais.

Os formatos utilizados também favorecem essa inserção nos conflitos públicos. Entrevistas de rua, montagens, reações a declarações e conteúdos construídos a partir de imagens de adversários

oferecem às candidatas a posição de comentaristas e participantes do embate político. A candidatura é apresentada menos por meio de uma biografia individual e mais pela capacidade de tomar posição, identificar responsáveis e demarcar aliados e adversários diante de uma audiência previamente mobilizada por essas controvérsias.

Bella Carmelo: ataque ao PT e Lula a partir de comparação de preços



Julia de Castro: entrevista em tom de confronto



Fernanda Schmitt: lideranças políticas como referência da candidatura



Esquerda: mobilização coletiva e luta por direitos

Na esquerda, as candidaturas aparecem com mais frequência inseridas em redes e formas coletivas de representação. Esse padrão se aproxima do vocabulário diferencial do campo, no qual se destacam termos como **direitos, cultura, trabalhadores, classe, universidade**. As trajetórias individuais permanecem presentes, mas são frequentemente articuladas à representação de grupos sociais, movimentos e agendas compartilhadas.

Manuella Tyler (PSB-BA) associa sua candidatura ao crescimento da Bancada Trans, apresentando o fortalecimento da representação política de pessoas trans como parte de um processo coletivo. Professora Maya Eliz (PT-CE) mobiliza o apoio de Lay Mundial, enquanto Mari Lessa (Rede-PE) vincula sua campanha à de Jones Manoel, candidato a deputado federal no mesmo estado. Nesses casos, o apoio a uma candidatura também funciona como forma de divulgar outras lideranças e apresentar um projeto político compartilhado.

Pedidos de voto e convocações à mobilização aparecem com força, mas frequentemente conectados a outras candidaturas, movimentos ou disputas coletivas. A campanha individual é apresentada como parte de uma bancada, de uma chapa, de uma causa ou de uma organização política mais ampla. A construção da legitimidade passa, assim, pela relação da candidata com grupos que pretende representar e por sua participação em trajetórias coletivas anteriores à eleição.

Há ainda conteúdos que combinam campanha eleitoral e disputa institucional. Dany Oliveira e Julia Cachos (UP-SP) denunciam a exclusão de Samara Martins, candidata à Presidência pela Unidade Popular, dos debates da Band e, ao mesmo tempo, convocam seguidores para participar da campanha nas ruas. O questionamento das regras de visibilidade eleitoral é acompanhado por um chamado à ação, aproximando a mobilização digital da atuação presencial.

Em relação aos dois campos das direitas, os conteúdos observados mostram a candidatura menos isolada como centro da narrativa e mais explicitamente inserida em uma rede política. **A visibilidade individual permanece importante, mas é apresentada como instrumento para fortalecer movimentos, ampliar determinadas formas de representação e sustentar projetos coletivos.**

Dany Oliveira e Julia Cachos: mobilização e ação coletiva na campanha



Mari Lessa: campanha construída em articulação com outras candidaturas



O contraste indica que a disputa por visibilidade entre candidatas jovens não assume uma única forma: biografia e vida cotidiana ganham maior peso na direita; antagonismos e lideranças políticas, na extrema direita; e redes coletivas de representação e mobilização, na esquerda.

E o que aproximou as candidaturas de diferentes campos?

As diferenças entre os campos políticos convivem com **aproximações no vocabulário das candidaturas femininas**. Para identificá-las, observamos os termos presentes de forma relevante e em proporções semelhantes em dois campos, mas menos disseminados no terceiro. Foram considerados compartilhados os termos utilizados por **pelo menos 20% das candidaturas de cada um dos dois campos**, com diferença de **até 10 pontos percentuais entre eles**. Além disso, a presença no terceiro campo deveria estar **ao menos 10 pontos percentuais abaixo de ambos**.



A aproximação lexical mais ampla ocorre entre direita e esquerda. Entre os termos que atendem aos critérios estão saúde, acolhimento, atendimento, escuta, compromisso, comunidade, esperança e sonhos. "Saúde" aparece em **71,3% das candidaturas de direita e 76,2% das de esquerda**, diante de **31,0% das de extrema-direita**. "Acolhimento" está presente em **43,8%, 42,9% e 15,5%**, respectivamente; "escuta", em **35,0%, 33,3% e 11,9%**. Esse conjunto aponta para referências compartilhadas a **serviços, atenção às necessidades das pessoas e construção de vínculos**, ainda que essas palavras possam assumir sentidos distintos nas campanhas.

Entre **esquerda e extrema-direita**, a aproximação envolve sobretudo **referências explícitas à política nacional e a seus atores**. Nesse conjunto aparecem presidente, Lula, partido, Brasil, país e esquerda. "Presidente" está presente em **71,4% das candidaturas de esquerda e 70,2% das de extrema-direita**, diante de **22,5% das de direita**. "Lula" aparece em **47,6%, 44,0% e 7,5%**, respectivamente; "partido", em **50,0%, 45,2% e 13,8%**. A proximidade está nas referências mobilizadas: **os mesmos atores e instituições podem ser mencionados para expressar apoio, crítica ou antagonismo**.

Já a aproximação entre **direita e extrema-direita** é mais restrita segundo esses critérios e reúne três termos: **Deus, fiscalizar e responsabilidade**. "Deus" aparece em **53,8% das candidaturas de direita e 51,2% das de extrema-direita**, ante **20,2% das de esquerda**. "Fiscalizar" está presente em **21,3%, 22,6% e 7,1%**, respectivamente; "responsabilidade", em **51,3%, 48,8% e 38,1%**. A referência religiosa constitui, assim, um ponto de aproximação entre os dois campos, enquanto os demais termos remetem a funções e atributos associados à atuação política.

Identidade religiosa e agendas morais entre as jovens eleitas

A aproximação na referência a Deus ganha contornos mais concretos quando observamos as jovens eleitas desses campos. Levantamos que, entre as eleitas, há evidências de manifestações religiosas em conteúdos e no posicionamento público entre, ao menos, 8 dos 12 nomes das eleitas nas direitas. Entre as jovens que mobilizam publicamente a religião, **a identidade católica aparece de forma preponderante**, com nomes como **Amanda Gentil (PP-MA), Chiara Biondini (PL-MG), Eduarda Campopiano (PL-SP), Marília Amaral (PL-MG) e Julia de Castro (PL-RJ)**.

A oposição ao aborto constitui um eixo comum de articulação entre religião e política, explicitamente presente nas posições de Chiara, Eduarda, Marília e Julia. Chiara e Marília associam sua atuação à defesa de valores cristãos. **Estefane Sampaio (Republicanos-DF)**, que se apresenta como cristã, afirma diretamente que essa identidade orienta suas pautas.

Os vínculos também aparecem na organização parlamentar. Chiara é responsável pela Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana da Assembleia de Minas Gerais, da qual **Maria Clara Marra (PSDB-MG)** é integrante. **Bella Carmelo (PL-CE)** participa da Frente Parlamentar Católica da Câmara de Fortaleza, enquanto Amanda Gentil consta entre as signatárias das frentes Católica e Mista Cristã e em Defesa da Religião no Congresso.

Esses resultados mostram que **as aproximações lexicais variam conforme o repertório observado**. **Direita e esquerda compartilham um universo muito maior de referências, termos como sonhos, esperança, compromisso, escuta e acolhimento mostram uma atenção às pessoas e às demandas cotidianas;** esquerda e extrema-direita mobilizam, de forma comum, referências aos conflitos e controvérsias da política nacional; direita e extrema-direita se aproximam na menção a Deus e em determinados termos sobre a atuação política. **Compartilhar palavras não equivale a compartilhar posições ou projetos políticos, mas mostra horizontes políticos comuns, que evidenciam um isolamento maior de repertório e vocabulário na extrema-direita.**

Campanha digital das eleitas com maior votação

ENGAJAMENTO NO INSTAGRAM E VOTOS

Dez jovens candidatas ordenadas pela votação

Posição	Candidata	Partido–UF	Posts no Instagram	Interações no Instagram	Votos
1	Eduarda Campopiano	PL-SP	37	3,249,737	1,956,238
2	Ana Elisa	PT-MG	107	1,023,029	524,219
3	Ana Júlia	PT-PR	218	846,001	184,691
4	Duda Hidalgo	PT-SP	199	266,548	154,953
5	Amanda Gentil	PP-MA	150	288,076	137,642
6	Bella Carmelo	PL-CE	116	1,039,384	130,802
7	Chiara Biondini	PL-MG	38	203,451	112,818
8	Julia de Castro	PL-RJ	83	1,622,780	103,880
9	Maria Clara	PSDB-MG	98	47,806	91,532
10	Paloma Nunes	PSB-CE	167	110,619	69,064

A ordenação evidencia que alcance digital e desempenho eleitoral não coincidem necessariamente. Julia de Castro ocupa a 2ª posição em interações e a 8ª em votos; Ana Elisa aparece em 4º lugar nas interações e em 2º na votação.

Fonte: Datalake DX e Monitor da Disputa Política Digital (Eleições 2026).

A campanha digital das candidaturas jovens ocorreu principalmente no Instagram. A plataforma concentrou cerca de 90% das interações observadas, e mais de 95% das candidaturas monitoradas apresentaram uma conta na rede. Diante dessa cobertura ampla, utilizamos os dados do Instagram para tornar mais compatíveis as comparações entre atividade, repercussão e votação.

Os resultados revelam diferentes formas de conduzir a campanha na plataforma. Eduarda Campopiano publicou apenas 37 vezes, mas acumulou 3,2 milhões de interações — uma média de

aproximadamente 87,8 mil por post. Julia de Castro também combinou um volume relativamente baixo, de 83 publicações, com 1,6 milhão de interações e uma média de 19,5 mil por post. Em sentido diferente, **Ana Júlia e Duda Hidalgo publicaram 218 e 199 vezes, respectivamente, mas registraram médias de 3,9 mil e 1,3 mil interações. O alcance digital, portanto, não depende apenas da frequência: algumas campanhas se apoiam em produção mais contínua, enquanto outras demonstram maior capacidade de viralização, concentrando grande repercussão em um número menor de conteúdos.**

Entre as dez jovens mulheres com maior engajamento no Instagram, a associação entre interações e votos é positiva e elevada (r = 0,87). O resultado, entretanto, é fortemente influenciado por Eduarda Campopiano, que reúne os maiores valores nas duas medidas: 3,2 milhões de interações e 1,9 milhão de votos. Quando esse caso é retirado, a correlação cai para 0,33 e deixa de ser estatisticamente conclusiva. **Além disso, Julia de Castro apresenta a segunda maior média de interações por publicação, mas ocupa a oitava posição na votação, enquanto Ana Elisa alcança a segunda maior votação com uma média de repercussão mais baixa.**

Essas diferenças indicam que a visibilidade nas plataformas pode acompanhar o desempenho eleitoral, mas não se converte em votos de maneira uniforme. **O financiamento da campanha, a herança político-familiar, a estrutura partidária e a disputa pela reeleição também influenciam os resultados. Entre as 18 jovens eleitas, a distinção entre novos nomes e candidaturas que já exerciam mandato ajuda a compreender essas diferentes condições de competição.**

Renovação geracional convive com continuidade de mandatos e redes familiares

Entre as 18 jovens mulheres eleitas em 2026, há trajetórias políticas bastante diferentes. **Cinco foram reeleitas para o mesmo cargo:** Cibele Moura (MDB-AL), Gabi Gonçalves (MDB-AL), Amanda Gentil (PP-MA), Chiara Biondini (PL-MG) e Maria Clara Marra (PSDB-MG). Outras **seis já exerciam mandatos, mas foram eleitas para um cargo diferente:** Teca Nelma (PT-AL), Bella Carmelo (PL-CE), Açucena (PT-ES), Ana Júlia (PT-PR), Duda Hidalgo (PT-SP) e Eduarda Campopiano (PL-SP).

As sete restantes chegam ao primeiro mandato eletivo: Paloma Nunes (PSB-CE), Estefane Sampaio (Republicanos-DF), Natália do Júnior Garimpeiro (União-MA), Paula Prata (PSD-MA), Ana Elisa (PT-MG), Marília Amaral (PL-MG) e Julia de Castro (PL-RJ). Essa diferenciação é importante porque nem todos os novos nomes representam estreantes na política institucional: **parte das eleitas já havia construído experiência, visibilidade e bases eleitorais em outros cargos.**

O resultado também revela a importância do **capital político familiar** na entrada e na permanência de mulheres jovens na política. Em pelo menos **dez das 18 trajetórias**, foram identificados vínculos familiares com lideranças que já ocupam ou ocuparam cargos eletivos.

Em alguns casos, **essa relação ocorre por ascendência. Cibele Moura (MDB-AL) é filha de lideranças políticas municipais e bisneta do ex-deputado federal Abrahão Moura. Gabi Gonçalves (MDB-AL) é filha do ex-prefeito de Rio Largo Gilberto Gonçalves e da ex-vice-prefeita Cristina Gonçalves. Teca Nelma (PT-AL) é filha da ex-deputada federal Tereza Nelma. Amanda Gentil (PP-MA) é filha de Fábio Gentil, ex-prefeito de Caxias. Chiara Biondini (PL-MG) é filha do deputado federal Eros**

Biondini (PL-MG), enquanto Maria Clara Marra (PSDB-MG) é filha de Deiró Marra, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Patrocínio.

Em outros casos, **o capital político familiar está relacionado ao casamento. Bella Carmelo (PL-CE) é esposa de Carmelo Neto (PL-CE), eleito deputado federal depois de exercer mandato na Assembleia Legislativa do Ceará. Paloma Nunes (PSB-CE) era primeira-dama de Tianguá e é esposa do prefeito Alex Nunes (Republicanos-CE). Marília Amaral (PL-MG) é esposa do deputado federal Junio Amaral (PL-MG). Natália do Júnior Garimpeiro (União-MA), por sua vez, mantém relação conjugal com Júnior Garimpeiro (União-MA), prefeito de Centro Novo do Maranhão.**

Os vínculos familiares não anulam a atuação própria das eleitas nem explicam isoladamente seus resultados. Mostram, porém, **que a renovação etária pode ocorrer dentro de estruturas políticas já estabelecidas. Sobrenomes conhecidos, bases territoriais, redes partidárias e recursos materiais e simbólicos acumulados por familiares podem reduzir os custos de entrada na disputa e facilitar o acesso a posições competitivas.**

Esse aspecto ganha ainda mais relevância diante das desigualdades observadas entre as candidaturas jovens. Enquanto muitas mulheres entram na disputa com pouco patrimônio, menor disponibilidade de tempo e dificuldades para construir uma carreira política, outra parcela conta desde o início com redes capazes de oferecer projeção, apoio territorial e inserção partidária.

A eleição das 18 jovens mulheres expressa, portanto, **renovação geracional, visibilidade digital, continuidade de carreiras e reprodução de redes políticas familiares**. Cinco preservaram o próprio mandato, seis avançaram a partir de cargos anteriormente ocupados e, entre as sete estreantes, parte chegou à disputa amparada por capitais políticos familiares e outras combinando esses elementos ao forte engajamento digital. **O dado complexifica a ideia de renovação: a entrada de novas gerações amplia a representação das jovens, mas não elimina as desigualdades nas condições de acesso à política institucional.**

Duas trajetórias de campanha digital de sucesso: Eduarda Campopiano (PL-SP) e Ana Elisa Santos (PT-MG)

As campanhas de **Eduarda Campopiano (PL-SP) e Ana Elisa Santos (PT-MG)** ilustram diferentes estratégias de comunicação digital adotadas por jovens candidatas de campos ideológicos opostos nas eleições de 2026. Ambas conquistaram votações expressivas e utilizaram o Instagram para ampliar sua visibilidade, mas apresentaram diferenças significativas no volume de publicações, no engajamento e nas narrativas mobilizadas durante a disputa eleitoral.

Eduarda Campopiano, de 23 anos, alcançou um resultado histórico nas urnas. Eleita deputada estadual com 1.956.238 votos, foi a candidata mais votada de São Paulo em 2026 e registrou a segunda maior votação da história da Assembleia Legislativa paulista. No Instagram, também apresentou desempenho expressivo: acumulou **3,25 milhões de interações em apenas 37 publicações** durante o período analisado, com média de aproximadamente **87,8 mil interações por post**. Mesmo com um volume reduzido de conteúdos, apareceu de forma recorrente entre os perfis de maior engajamento do monitoramento.

Sua comunicação foi marcada pelo confronto ideológico, críticas ao Supremo Tribunal Federal e mobilização de pautas conservadoras. Entre os conteúdos destacados esteve uma publicação sobre os atos de 7 de setembro, com a expressão "Fora Moraes!!!", que alcançou cerca de **121 mil interações**. Em outra postagem, que registrou **27,7 mil interações**, a candidata compartilhou um trecho de vídeo em que aparece ao lado de Flávio Bolsonaro, criticando o governo Lula e destacando os impactos negativos que atribui à gestão federal sobre a juventude brasileira. Na publicação, afirmou que "a esquerda já perdeu a geração Z", buscando associar sua candidatura à ideia de uma geração jovem cada vez mais identificada com o conservadorismo.

Post no Instagram de Eduarda Campopiano (PL-SP), publicado em 07 de setembro de 2026.



Post no Instagram de Eduarda Campopiano (PL-SP), publicado em 07 de setembro de 2026.



As colaborações com outras lideranças da extrema-direita também estiveram presentes em seus conteúdos de maior repercussão. Na reta final, um vídeo publicado em parceria com Lucas Pavanato (PL-SP), em 26 de setembro, apresentou **conteúdo transfóbico**, questionando a identidade de gênero de pessoas trans e seu acesso a banheiros femininos e políticas de cotas. A publicação alcançou **326,4 mil interações no perfil de Campopiano e 250,9 mil no de Pavanato**, somando mais de 577 mil nos dois perfis. O episódio exemplifica como discursos discriminatórios, confronto ideológico e colaborações entre lideranças conservadoras integraram a estratégia de mobilização digital da candidata.

Ana Elisa Santos, de 21 anos, foi eleita deputada federal por Minas Gerais com 524.219 votos, em sua primeira disputa eleitoral. Considerando exclusivamente o Instagram, sua campanha registrou **107 publicações e aproximadamente 1,02 milhão de interações**, com média de **9,6 mil interações por post**. Ana Elisa publicou quase três vezes mais conteúdos que Campopiano, mas acumulou um volume de interações cerca de 3,2 vezes menor. Embora ambas tenham alcançado repercussão expressiva, a diferença evidencia padrões distintos de desempenho na plataforma.

A comunicação de Ana Elisa foi caracterizada por conteúdos explicativos sobre política e questões jurídicas, críticas a adversários e defesa de pautas progressistas. Na reta final, ganhou destaque sua associação com outras lideranças jovens da esquerda, especialmente Guilherme Cortez (PSOL-SP). Um dos exemplos foi o vídeo "Imagina essa dupla dinâmica em Brasília", publicado em colaboração em 24 de setembro, que alcançou **132 mil interações no perfil de Cortez**. A dupla produziu conteúdos em contraposição a lideranças conservadoras, como Nikolas Ferreira e Lucas Pavanato, apresentando-se como uma alternativa de representação política para a juventude. Nesse caso, a identidade geracional também foi mobilizada como recurso de diferenciação e disputa ideológica.

Além das diferenças no volume de publicações e no engajamento, **o crescimento das audiências no Instagram revela outra dimensão do desempenho das duas candidatas**. Entre 16 de agosto e 4 de outubro, Ana Elisa ganhou aproximadamente **109,5 mil seguidores (6,1%)**, enquanto Eduarda Campopiano registrou um aumento de **85,1 mil (3,7%)**. A expansão se intensificou após a divulgação dos resultados eleitorais. Apenas entre 4 e 5 de outubro, Ana Elisa conquistou mais 273,8 mil seguidores, enquanto Campopiano ganhou cerca de 138 mil. Considerando todo o intervalo, de 16 de agosto a 5 de outubro, o crescimento acumulado chegou a **383,3 mil seguidores para Ana Elisa (21,4%) e 223,1 mil para Campopiano (9,8%)**. Apesar de registrar menos interações nas publicações monitoradas, Ana Elisa apresentou maior expansão de sua base de seguidores, tanto em números absolutos quanto percentuais.

As duas candidaturas também dialogam com a concentração da visibilidade digital no Sudeste, região que se destacou nos boletins de monitoramento pela elevada repercussão de conteúdos relacionados à política nacional e aos confrontos entre diferentes campos ideológicos. Tanto Campopiano, em São Paulo, quanto Ana Elisa, em Minas Gerais, mobilizaram temas que ultrapassaram os limites estaduais e estabeleceram conexões com lideranças de outros estados. Suas estratégias mostram como o Instagram foi utilizado para ampliar a circulação de narrativas políticas para além das bases eleitorais das candidatas.

O principal contraste entre as duas está na relação entre frequência de publicação, engajamento e crescimento de audiência. Campopiano concentrou 3,25 milhões de interações em 37 postagens, enquanto Ana Elisa alcançou 1,02 milhão com 107 conteúdos — **quase o triplo de publicações**. A média de interações por publicação de Campopiano foi aproximadamente **9,2 vezes superior** à de Ana Elisa. Por outro lado, Ana Elisa registrou maior crescimento de seguidores durante a campanha e após a divulgação dos resultados eleitorais. Os indicadores revelam que a repercussão das publicações e a expansão das audiências não seguiram necessariamente o mesmo padrão.

As trajetórias das duas candidatas evidenciam também como **a identidade jovem foi mobilizada por campos ideológicos distintos como recurso de diferenciação e disputa política**. Campopiano apostou no confronto, na polarização e em conteúdos de forte apelo moral, alcançando elevados índices de engajamento com poucas publicações. Ana Elisa, por sua vez, associou sua imagem à renovação da esquerda, à comunicação política explicativa e à construção de alianças com outras lideranças progressistas. Embora tenham apresentado estratégias e níveis de repercussão diferentes, ambas utilizaram o Instagram para reivindicar protagonismo no debate público e disputar a representação política das novas gerações.

Post no Instagram de Guilherme Cortez (PSOL-SP) em collab com Ana Elisa (PT-MG) , publicado em 24 de setembro de 2026.



Post no Instagram de Ana Elisa (PT-MG)em collab com Guilherme Cortez (PSOL-SP), publicado em 03 de setembro de 2026.



Da visibilidade digital à legitimidade política: violência de gênero na recepção das campanhas

Vitória Souza (PP-SP), Stephanie Alves (Democrata-DF) e Menina da Bota (União-MG) chegaram à campanha com públicos construídos anteriormente nas plataformas. Suas trajetórias são distintas, mas as três enfrentam um tipo semelhante de recepção quando apresentam suas candidaturas: a possibilidade de converter visibilidade digital em representação política é colocada sob suspeita. Nos comentários observados, popularidade e capacidade política são tratadas como dimensões incompatíveis. As candidatas são apresentadas como despreparadas, oportunistas ou manipuladas por partidos e pessoas interessadas em explorar suas audiências.

Vitória Souza (PP-SP), candidatura de direita com maior número de interações, mobiliza uma audiência formada em torno da religião, da música gospel e, mais recentemente, da maternidade. Em 2023, aos 17 anos, já reunia 2,5 milhões de seguidores no Instagram e quase 1 milhão de inscritos no YouTube. Durante o período analisado, suas publicações de maior repercussão acompanharam a internação e o tratamento de seu filho recém-nascido. A identificação construída por meio da religião, da vida familiar e da maternidade não se converte automaticamente em apoio eleitoral. Parte dos comentários separa explicitamente comoção e voto, enquanto outros a acusam de utilizar a internação do filho para promover a candidatura ou exigem que abandone a política para se dedicar à maternidade.



[Stephanie Alves (Democrata-DF) também tem sua preparação questionada]: um erro de escrita em uma publicação é utilizado para desqualificar sua capacidade de exercer o mandato, enquanto sua candidatura é descrita como repentina, pouco fundamentada ou orientada por interesses pessoais.



Em relação à Menina da Bota (União-MG), dúvidas sobre propostas, experiência e estratégia partidária aparecem acompanhadas da ideia de que ela estaria sendo usada como "puxadora de votos".

Esses questionamentos políticos convivem com formas de desqualificação atravessadas pelo gênero. Vitória e Stephanie são submetidas a expectativas sobre como uma mãe deve agir; no caso de Stephanie, um erro de escrita também é mobilizado para questionar sua preparação para o cargo; e Menina da Bota é infantilizada, comparada de maneira depreciativa a personagens caricatos e sexualizada em comentários sobre sua aparência e seu comportamento.



Em parte expressiva do recorte observado, essas manifestações parecem partir de perfis que se apresentam publicamente como de mulheres — identificação baseada apenas em nomes, imagens e outras informações visíveis nas contas e que, portanto, deve ser interpretada com cautela, mas **indicam que a vigilância sobre a legitimidade feminina na política também pode ser reproduzida por mulheres.**

A análise não permite interpretar toda crítica como violência política de gênero. Perguntas sobre propostas, conhecimento do cargo, financiamento ou interesses partidários fazem parte da disputa democrática. **O componente de gênero aparece quando esse questionamento se desloca para prescrições sobre maternidade, julgamentos da aparência, sexualização, infantilização ou suposições de incapacidade e ausência de autonomia.**

A violência de gênero assume contornos específicos quando dirigida às candidaturas de mulheres trans. Em uma publicação em que Manuela Tyller é parte e que ressalta o crescimento da Bancada Trans, comentários de apoio e dúvidas sobre como votar nas candidatas convivem com manifestações que desqualificam sua aparência, ridicularizam sua identidade de gênero e recorrem a referências sexualizadas sobre seus corpos. Expressões como "visão dos infernos" e "dama de paus" não questionam propostas, trajetórias ou posições políticas: procuram negar a legitimidade das candidatas como mulheres e tornar sua presença no espaço público objeto de escárnio. **Nesses casos, a violência política de gênero é atravessada pela transfobia, atingindo simultaneamente a participação política, a identidade e o corpo das candidatas.**



Os casos analisados mostram que a visibilidade construída anteriormente nas plataformas pode oferecer às mulheres jovens uma base importante para a entrada na política, mas não se converte automaticamente em legitimidade eleitoral. Quando passam a se apresentar como candidatas, suas trajetórias, competências e motivações são submetidas a novas formas de avaliação pelo público. Parte desse questionamento integra a disputa democrática; outra parte desloca-se para prescrições sobre maternidade, julgamentos da aparência, sexualização, infantilização e suposições de incapacidade ou ausência de autonomia. **A presença das mulheres jovens nas campanhas digitais amplia as possibilidades de representação, mas também evidencia as formas de vigilância e violência de gênero que acompanham sua entrada nos espaços de poder.**

A projeção de Eduarda Campopiano (PL-SP) e Ana Elisa (PT-MG) após a eleição, inclusive nas campanhas presidenciais de seus respectivos campos, foi acompanhada por ataques que também precisam ser compreendidos pela dimensão de gênero. Ana Elisa relatou ameaças de estupro, ataques racistas e machistas e exposição de dados pessoais. No caso de Campopiano, ofensas e

ridicularização também partiram de pessoas identificadas com a esquerda, por vezes usando seu posicionamento antifeminista para minimizar a violência dirigida a ela. Esses episódios mostram como a violência de gênero pode atravessar campos políticos distintos e ser relativizada conforme a identidade da mulher atingida. A hostilidade dirigida às duas jovens evidencia barreiras à participação e à permanência das mulheres na política e coloca duas questões para investigação: como essa exposição se diferencia daquela vivida por jovens homens eleitos de perfil semelhante e em que medida pode contribuir para desestimular novas candidaturas femininas.

NOTAS METODOLÓGICAS

Percentuais: Os percentuais apresentados no relatório podem ser arredondados para uma casa decimal. Em análises que envolvem taxas reduzidas são mantidas duas casas decimais para permitir maior precisão na comparação. Em razão do arredondamento, a soma dos percentuais apresentados pode não corresponder exatamente a 100%.

Análise diferencial: foram excluídas flexões gramaticais que apenas marcavam o gênero das candidaturas, além de nomes próprios das candidatas e variações redundantes. Foram excluídos nomes e slogans cuja presença diferencial decorria principalmente da concentração de candidaturas de um mesmo partido no campo político, evitando que a composição partidária fosse interpretada como característica temática de todo o eixo.

Extrações de dados: As análises apresentadas utilizam os dados sobre as candidaturas disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Portal de Dados Abertos. Para cada eleição, é utilizado o arquivo nacional de candidaturas ("BRASIL"), a partir do qual são realizados os recortes e tratamentos descritos neste relatório. A base de 2026 corresponde à extração realizada em 5 de outubro às 13h16. A análise sobre financiamento corresponde às declarações parciais entregues até 7 de outubro.

Faixa-etária: Para as eleições de 2026, foram incluídas no universo de candidaturas jovens pessoas com idade entre 19 e 29 anos nos registros do TSE. A legislação estabelece idade mínima de 21 anos para os cargos de deputado federal, estadual e distrital, mas, a partir das eleições de 2026, essa condição passa a ser aferida na data da posse presumida, considerada dentro do prazo de até 90 dias após a eleição da Mesa Diretora da respectiva Casa Legislativa. Por essa razão, optou-se por manter na base as candidaturas de pessoas com 19 e 20 anos registradas pela Justiça Eleitoral, sem antecipar a análise de sua elegibilidade. No caso do teto de 29 anos, mantivemos a aferição na data de posse.

Situação das candidaturas: Nesse relatório trabalhamos com as candidaturas aptas para estabelecer comparações com essas mesmas candidaturas nos anos anteriores. As diferenças de números e percentuais de candidaturas em relação aos relatórios anteriores são decorrentes dessa filtragem, que só poderia ocorrer após as eleições. Há, contudo, casos pontuais de julgamento que foram incluídos, mas não entre os jovens eleitos.

Eixo político: As análises por eixo político consideram as eleições a partir de 2018. Os partidos são agrupados em dois grandes campos a partir da classificação ideológica de Bolognesi et al.: extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda são reunidas em "Esquerda", enquanto centro-direita, direita e extrema-direita são agregadas em "Direita". Em análises de 2026, utilizamos também a categoria "extrema-direita", a partir dos tipos de discursos mobilizados, programa e posicionamento político-partidário. Essas categorias são utilizadas apenas quando analiticamente pertinente e não pressupõem homogeneidade ideológica entre os partidos.

Uso de inteligência artificial: Ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas como apoio no resumo de dados e geração de gráficos. As análises, no entanto, são geradas a partir de dados previamente tratados e analisados em R e Python e de instruções elaboradas pela equipe do projeto.

EXPEDIENTE

Monitor Jovem DX: A disputa pelo legislativo

#06 Edição Especial | Jovens mulheres no legislativo: candidatas e eleitas (14.10.2026)

ESTE RELATÓRIO ESTÁ LICENCIADO SOB A LICENÇA CREATIVE COMMONS CC BY-SA 4.0 BR. Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, inclusive para fins comerciais, contanto que atribuam crédito aos autores corretamente, e que utilizem a mesma licença. **TEXTO DA LICENÇA:** https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode

COMO CITAR ESSE DOCUMENTO:

BESEN, Beatriz; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; LOPES, Aline; ALVES, Marcelo; SANTOS, João Guilherme B.. Relatório Monitor Jovem DX: A disputa pelo Legislativo – #04 A disputa pelo legislativo nas redes sociais. Edição Especial jovens candidatas . Instituto Democracia em Xeque, 2026. Disponível em: <link>

EQUIPE DO RELATÓRIO:

Coordenação geral: Beatriz Besen

Coordenação institucional: Ana Julia Bonzanini Bernardi

Pesquisa e análise: Aline Lopes e João Victor Mendes

Metodologia e dados: Marcelo Alves e João Guilherme Bastos dos Santos

Projeto gráfico e diagramação: Moara Juliana, Júlia Brancaglione Cristofi e Fernanda Giulietti